

**CUIDAR DA
ÁGUA É
CUIDAR DAS
PRÓXIMAS
GERAÇÕES**

INDICE

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	3
Quem Somos	6
Órgãos Sociais e Órgãos De Fiscalização	8
Governo da Sociedade	9
Relatório e Contas 2023	
I- Introdução	12
II- Áreas de atividade	15
III- Informação Económica e Financeira	26
IV – Informação Comercial	34
V – Gestão de Recursos Humanos	37
VI - Contratação Pública	39
VII - Manutenção	40
VIII - Comunicação e Marketing	40
IX – Considerações finais	41
X - Proposta de aplicação dos Resultados	43
XI- Agradecimentos	44
Documentos De Prestação De Contas	
Balanço	48
Demonstração dos resultados	49
Demonstração das alterações no capital próprio	50
Demonstração dos fluxos de caixa	51
Execução anual do plano plurianual de investimentos	52
Anexo	55
Aprovação das demonstrações financeiras	87

ÁGUAS DA COVILHÃ – MUITO MAIS DO QUE ÁGUA



Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Estimados clientes e parceiros da ADC - Águas da Covilhã, EM,

Numa trajetória coincidente com os objetivos propostos para 2023, mantivemos o nosso compromisso com a qualidade do serviço, com a sustentabilidade ambiental, com a inovação e com a transparência, e concluímos o ano em referência com resultados económicos positivos. Este resultado reflete o empenho e o rigor de toda a estrutura na procura da otimização de processos e da gestão de recursos, o que permitiu absorver o aumento de gastos decorrentes da conjuntura económica portuguesa e mundial, sem necessidade de aumento tarifário, que se mantém inalterado desde 2013.

A ADC desenvolveu a sua atividade, enquanto empresa pública local, em estreita colaboração com a Câmara Municipal da Covilhã e Juntas de Freguesia, o que permitiu alinhar as nossas iniciativas com as necessidades e objetivos do Concelho da Covilhã. Esta parceria estratégica é crucial para o nosso sucesso contínuo e para a concretização do projeto "Covilhã Mais Sustentável".

Assim, conscientes da nossa responsabilidade ambiental e alinhados com as metas nacionais, demos continuidade ao nosso programa de combate às perdas de água, adotando tecnologias de ponta e metodologias eficazes que nos permitiram minimizar desperdícios e otimizar a distribuição de recursos hídricos, promovendo a sustentabilidade na utilização deste recurso natural tão importante.

Empenhámo-nos arduamente no lançamento do projeto de recolha de Bio-resíduos no Concelho da Covilhã em 2024. Este é um projeto, que não só antecipa a legislação ambiental nacional, como coloca a Covilhã como pioneira na gestão de resíduos orgânicos em Portugal. Ao promover a reciclagem e a valorização de Bio-resíduos, estamos a dar um passo importante na redução da nossa pegada ecológica e na promoção de uma economia circular, evidenciando o nosso compromisso com práticas sustentáveis que protegem o ambiente para as gerações futuras.





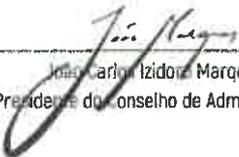
O lançamento da APP da ADC marcou outro ponto alto do ano, trazendo-nos mais proximidade aos nossos clientes através de uma plataforma digital intuitiva e segura. Este avanço significativo na nossa oferta de serviços evidencia a nossa aposta na inovação e na proximidade, facilitando o acesso a informações e serviços de forma mais conveniente e eficiente.

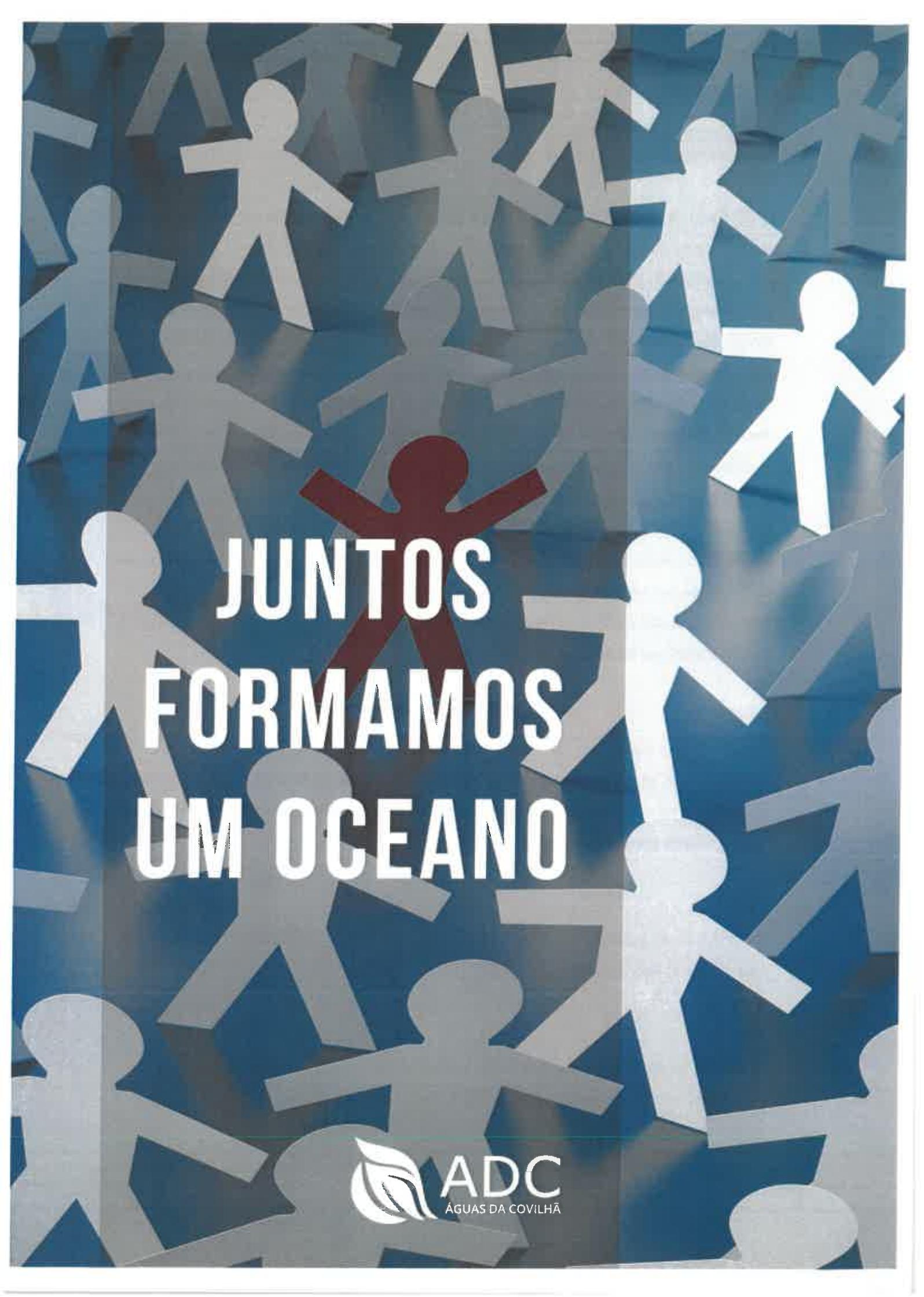
A segurança da informação e da proteção dos dados dos nossos clientes permaneceram como prioridades máximas. Fortalecemos os nossos sistemas informáticos contra ameaças, garantindo a integridade e a confidencialidade dos dados que nos são confiados, de acordo com os requisitos do Centro Nacional de Cibersegurança e em parceria com empresas especializadas. Este compromisso com a segurança digital reafirma o nosso foco na confiança e transparência, pilares fundamentais na relação com os nossos clientes.

Estes e outros projetos e processos, que agora aqui não evidencio, exortam-me a deixar uma palavra de profundo respeito e admiração a cada membro da nossa equipa, pelo papel vital que teve quer na superação dos desafios, quer no contributo para o nosso sucesso coletivo. Nenhuma conquista deste ano teria sido possível sem o esforço incansável, dedicação e paixão dos nossos colaboradores na ADC.

E é porque acreditamos que a força da nossa empresa reside nas pessoas que a compõem, e que é através do seu desenvolvimento que podemos continuar a prosperar e a fazer a diferença, que vemos com importância o investimento nas condições de trabalho e na sua valorização profissional. Neste sentido, para além dos investimentos efetuados a este nível, realço todo o trabalho efetuado de planeamento para que 2024 seja o ano da inauguração da nova sede, no edifício do antigo Banco de Portugal, bem como o da inauguração da remodelação total do edifício do setor do Parque Industrial do Canhoso. Estas instalações para além de irem ao encontro das pretensões dos nossos trabalhadores, trarão um ambiente que não apenas apoia o seu bem-estar, mas também promove o seu desenvolvimento e crescimento profissional.

Assim, à medida que avançamos em 2024, é com um renovado sentido de propósito e determinação que encaramos os desafios e oportunidades que nos aguardam. Com o Vosso apoio e confiança, continuaremos a trabalhar incansavelmente para melhorar, inovar e liderar pelo exemplo, honrando o nosso compromisso com a sustentabilidade, a excelência no serviço e a integridade em todas as nossas ações. Agradeço profundamente o vosso contínuo apoio e confiança na ADC - Águas da Covilhã. Juntos, faremos de 2024 um ano de progresso significativo e impacto positivo, caminhando firmes na construção de um futuro mais sustentável para todos.


João Carlos Izidor Marques
(Presidente do Conselho de Administração)



**JUNTOS
FORMAMOS
UM OCEANO**



ADC
ÁGUAS DA COVILHÃ



QUEM SOMOS

A ADC Águas da Covilhã E.M. é uma empresa pública local, de capitais maioritariamente públicos, constituída em 3 de março de 2006, ao abrigo da Lei das Empresas Municipais¹ com o número único de pessoa coletiva 507611977 e de matrícula na Conservatória do Registo Comercial da Covilhã, com sede na Rua Ruy Faleiro nº 111 em Covilhã, que, por delegação do Município da Covilhã, faz a gestão e exploração dos serviços municipais do ambiente e que tem como atividade principal a Distribuição de Água (CAE 36002).

Em 23 de junho de 2008, por via de uma operação de cisão, o capital social foi reduzido para 9.000.000 Euros. Nesta operação foram destacadas da empresa as infraestruturas de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e espaços verdes. A 10 de julho de 2008, foi assinado um contrato entre o Município da Covilhã e a AGS – HIDURBE Serviços Ambientais, SA, cedendo o Município 49% do capital estatutário da ADC Águas da Covilhã, EM, à sociedade AGS – HIDURBE Serviços Ambientais, SA.

Em janeiro de 2009, foi deliberado pelo Município da Covilhã, procedeu à transmissão da participação social que detinha no capital social da ADC Águas da Covilhã EM para a ICOVI – Infraestruturas e Concessões da Covilhã EM, a qual é detida a 100% pelo Município da Covilhã.

Atualmente o capital social da empresa é detido em 51% pela ICOVI – Infraestruturas e Concessões da Covilhã EM e 49% pela Water Value - Serviços Ambientais, S.A.

MISSÃO

Garantir o cumprimento das competências delegadas, em especial a gestão dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental, com um elevado grau de competência e capaz de responder, com eficácia e eficiência a todos os desafios que se lhe apresentam.

VISÃO

Atingir padrões de excelência na qualidade dos serviços prestados e uma posição de referência nacional, nas empresas do setor das águas.

VALORES

Sentido de serviço público, salvaguarda da sustentabilidade ambiental, defesa da transparência e integridade, promover uma atitude de inovação, confiança e excelência.

¹ Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto

ESTRATÉGIA

Garantir uma gestão direcionada para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, focando-se no cliente e na otimização dos processos de operação e controlo nas diversas áreas de atividade, trabalhando diariamente para atingir padrões de excelência e uma posição de referência no setor das águas.

COMPROMISSO

A Águas da Covilhã, investe na disponibilização serviços de excelência, fortalecendo e estreitando sua a relação com os clientes, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e garantindo o cumprimento escrupuloso do disposto nos estatutos e regulamentos, na prossecução das políticas públicas e objetivos nacionais no domínio do ambiente.

Pela função estruturante que assume no setor do ambiente, contribuindo de modo decisivo para a gestão dos recursos disponíveis no concelho da Covilhã, com impactos transversais a todas as atividades humanas, assume como principais compromissos:

- Sustentabilidade na utilização dos recursos naturais e preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida,
- Equilíbrio e melhoria da qualidade ambiental,
- Equidade no acesso aos serviços básicos,
- Promoção do bem-estar através da melhoria da qualidade de vida das pessoas,
- Orientar, motivar e desenvolver o potencial dos trabalhadores.

Handwritten signatures and initials in the top left corner.

ÓRGÃOS SOCIAIS E ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO

Assembleia-Geral:

- David António Esteves Fontes Neves - Presidente da Mesa;
- Filipa Pinto Basto de Sousa Macedo Ravasco Mendes - Secretária

Conselho de Administração:

- João Carlos Izidoro Marques - Presidente
- António Carlos Lopes Garcia - Vogal Executivo
- Ana Margarida Pereira de Oliveira Garcia - Vogal não executiva

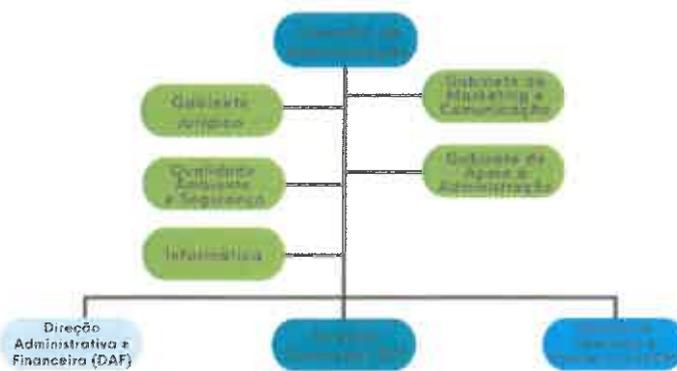
Fiscal Único:

- Cruz Martins & Associada, Lda., Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por João Alberto da Cruz Martins
- Sofia Salvado Martins - Fiscal único suplente

ESTRUTURA FUNCIONAL

A Águas da Covilhã encontra-se estruturada em áreas funcionais de apoio à implementação das orientações estatutárias, centrando a sua atuação na sustentabilidade social, ambiental, técnica e económico-financeira, na otimização dos recursos de capital e humanos e no seu relacionamento com os vários *shareholders* e *stakeholders*.

A Administração é apoiada pelos gabinetes de assessoria: Secretariado da Administração; Gabinete de Qualidade e Segurança; Gabinete Jurídico, Gabinete de Marketing e Comunicação e Informática. Os serviços estão distribuídos por três direções: Administrativa e Financeira; Operação e Manutenção; e Comercial, que reportam diretamente ao Conselho de Administração e que superintendem a atividade e equipas das respetivas áreas organizacionais.



GOVERNO DA SOCIEDADE



Ao refletirmos sobre o ano de 2023, é impossível ignorar o dinamismo e a complexidade dos eventos globais que marcaram este período. Vivenciámos um ano de recuperação contínua dos impactos da pandemia, enquanto novos desafios surgiram, testando a resiliência e a capacidade de adaptação da nossa economia e das nossas empresas.

Globalmente, a guerra na Ucrânia persistiu, mantendo-se a pressão sobre os mercados de energia, produtos e serviços, afetando diretamente os custos operacionais e provocando incertezas nas previsões económicas. O início pelo conflito israelo-palestino, em outubro, veio agravar o contexto de incerteza internacional.

Em Portugal, o panorama foi de determinação e crescimento, apesar dos desafios internacionais e da desaceleração do crescimento económico global. Com um crescimento económico de 2,3%, Portugal cresce assim acima da média da União Europeia e demonstrou uma vez mais a sua resiliência. A economia portuguesa superou as expectativas, refletindo a capacidade das empresas e trabalhadores portugueses em adaptarem-se em tempos de adversidade. A inflação, embora presente, começou a mostrar sinais de arrefecimento, fechando o ano 2023 em 4,3%, em contraste com os 7,8% verificados em 2022.

A demissão do Primeiro-Ministro, e posterior dissolução da Assembleia da República, pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, veio trazer nova incerteza económica por via da instabilidade política, mas sem efeitos práticos relevantes no ano de 2023. O saldo das Administrações Públicas situa-se em 1,2%, ao passo que a dívida pública atingiu valores abaixo dos 98,7% do PIB, o que são sinais económicos importantes para a confiança dos mercados internacionais.

Estes desafios exigiram de todos nós uma gestão criteriosa dos recursos e uma atenção redobrada às estratégias de mitigação de riscos, impondo a esta empresa municipal uma avaliação criteriosa e ponderada de todos os gastos e investimentos realizados durante o exercício económico.

A Águas da Covilhã tem seguido uma política de gestão direcionada para a melhoria da qualidade dos serviços públicos que presta, focando-se principalmente na otimização dos seus procedimentos internos ao nível das áreas *Core Business*: abastecimento de água; recolha e tratamento de águas residuais; recolha de resíduos urbanos; limpeza urbana e manutenção de parques e jardins.

Do ponto de vista do volume de negócios, verificou-se um ligeiro aumento das vendas e serviços prestados, em virtude do acréscimo do volume de água faturada e do crescimento do número total de consumidores.

Importa referir que, no ano de 2023, não foi verificado qualquer aumento dos preços e tarifas praticados.



O atual cenário nacional e internacional, incorpora riscos significativos para a economia e sociedade, mantendo-se um nível de incerteza sobre a sua duração e de quais os impactos de médio/longo prazo que daí resultarão. Ainda assim, esta empresa manterá uma estratégia prudente na gestão dos seus recursos, com o objetivo de minimizar os riscos associados a esta incerteza.



**NADA NA
NATUREZA
NASCE EM
VÃO**



Relatório e Contas 2023

I - INTRODUÇÃO

No cumprimento do disposto na alínea d) do artigo 42º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, e na alínea s), do nº 3 do artigo 11º dos Estatutos, o Conselho de Administração apresenta o Relatório e Contas do exercício de 2023, bem como a proposta de aplicação de resultados.

O presente Relatório e Contas é acompanhado dos Documentos de Prestação de Contas, da Certificação e Parecer do Fiscal Único.

No ano de 2023 deu-se continuidade à consolidação das boas práticas de gestão, focadas na satisfação dos nossos clientes e orientadas para o rigor e eficiência dos processos.

Para tal, foram executadas diversas ações, das quais se destacam as seguintes:

- Ampliação e renovação de redes de abastecimento e saneamento por todo o Concelho;
- Renovação do parque de contadores;
- Reabilitação de equipamentos em reservatórios;
- Execução de campanhas de deteção ativa de fugas em diversas freguesias;
- Continuação da aposta na telegestão em reservatórios e captações;
- Continuação da implementação dos Planos de Segurança da Água - PSA;
- Investimento em veículos diferenciados: veículo de recolha de Bio-resíduos;
- Substituição do equipamento de recolha indiferenciada à superfície por equipamento semienterrado (tipo *molok*), garantindo assim uma maior condição de salubridade com a substituição dos sacos em cada recolha;
- Reforço e substituição dos equipamentos de contentorização;
- Reforço da aposta no cadastro de infraestruturas;
- Manutenção evolutiva do SIG /Gestão Operacional, que permite, através de procedimentos rápidos, aceder a histórico de ruturas, de consumos, modelação hidráulica, elaboração de balanços hídricos dinâmicos, ordens de serviço realizadas e a realizar, análise de custos e de proveitos, cálculo de indicadores de desempenho, etc.
- Reforço do investimento na desmaterialização e digitalização da gestão de Ordens de Serviço;
- Reforço de boa cobrança da dívida e diminuição do Prazo Médio de Recebimentos;
- Reforço das atividades de fiscalização, nomeadamente inspeção de contadores e ligações ilícitas.

A Administração deu ainda continuidade à política de qualificação dos trabalhadores em 2023, com vista ao desenvolvimento e valorização das competências de gestão, técnicas e comportamentais, através da realização de 35 dias de formação.

Sobre os indicadores financeiros de 2023, salienta-se o aumento do Ativo em 1.413.368,69€, o aumento do Capital Próprio em 129.628,89€ e do Passivo em 1.283.739,80€, face a 2022.

Verificou-se um aumento dos Rendimentos em 834.981,94€ face ao ano de 2022, resultado das seguintes variações: acréscimo das Vendas em 32.023,70€ e Prestações de Serviços em 208.116,56€; aumento dos Subsídios à Exploração em 663.493,66€, bem como das Reversões em 111.617,61€ e dos Juros, Dividendos e Outros Rendimentos em 3.809,41€. Em sentido contrário, os Trabalhos para a Própria Empresa registaram uma diminuição de 7.124,05€ e Outros Rendimentos uma quebra de 176.954,95€.

Os Gastos totais aumentaram 892.513,20€ face ao ano anterior. Este valor resulta do aumento registado nas seguintes rubricas: aumento do Custo das Mercadorias e Matérias Consumidas com mais 60.681,00€; aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos com mais 649.763,00€ e dos Gastos Com Pessoal com mais 234.761,17 €. Os Gastos de Depreciação e de Amortizações aumentaram 14.831,46€, Outros Gastos mais 70.967,79€ e Juros e Gastos Similares Suportados mais 66.565,76€.

As Perdas por Imparidade e as Provisões diminuíram 204.943,61€ e 113,37€, respetivamente.

No ano de 2023 a Água Não Faturada (ANF) representou 22,43% da água entrada nos sistemas de abastecimento em baixa. Este valor de ANF representa um aumento de 5% relativamente ao ano anterior, no qual se registaram 21,31% de ANF.

O Conselho de Administração considera relevante evidenciar a seguinte situação: em 22/11/2017, a Autoridade Tributária emitiu uma liquidação adicional de IRC do período de 2016, em virtude de considerar que a empresa não tem direito a deduzir os prejuízos fiscais do ano 2009 no montante de 848.884,11€, em virtude da revogação dos benefícios fiscais à interioridade constante do ex-artigo 43.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, revogado em 2011. A empresa efetuou o pagamento da liquidação adicional em 04/01/2018, no valor de 182.631,36€, e apresentou a reclamação graciosa onde conclui que deve ser anulada a liquidação n.º 2017 2310474052, pois a entidade mantém o direito à dedução dos prejuízos fiscais durante 7 anos mesmo após a revogação do benefício fiscal à interioridade, dado que o direito ao reporte foi constituído em data anterior à revogação do benefício. A respetiva impugnação do ato tributário foi apresentada, no dia 17/07/2018, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco.

Pelas mesmas razões atrás descritas, a Águas da Covilhã deduziu, na declaração Modelo 22 de IRC referente ao ano de 2017, o remanescente dos prejuízos fiscais relativos a 2010. A Autoridade Tributária emitiu duas notificações para correção da declaração de rendimentos, datadas de 09/06/2018 e 13/06/2018. Após a submissão da declaração corrigida, no dia 09/07/2018, sem a dedução dos prejuízos fiscais, foi emitida a demonstração de liquidação de IRC, tendo esta empresa pago o montante de 81.666,56€ no dia 04/09/2018. Também este ato tributário foi objeto de impugnação judicial no dia 18/02/2020.

Considerando que a empresa tem direito à dedução dos prejuízos fiscais, e que irá receber os valores pagos, estes foram considerados a débito da rubrica Estado e Outros Entes Públicos nas datas dos pagamentos.

II - ÁREAS DE ATIVIDADE

A empresa tem como objeto social² a gestão e exploração, em regime de exclusividade, dos serviços municipais do ambiente, na área do Município da Covilhã, a prestação de serviços de:

- Distribuição de água para consumo humano;
- Recolha, drenagem e encaminhamento para tratamento de águas residuais urbanas;
- Recolha e transporte dos resíduos sólidos urbanos;

Em simultâneo, também por delegação de competências da Câmara Municipal da Covilhã e em regime de contrato-programa, prestamos os serviços de:

- Manutenção de parques e jardins, na união de freguesias de Covilhã Canhoso;
- Limpeza Urbana, na união de freguesias de Covilhã Canhoso;
- Avaliação de projetos de especialidade de águas e saneamento.

1 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

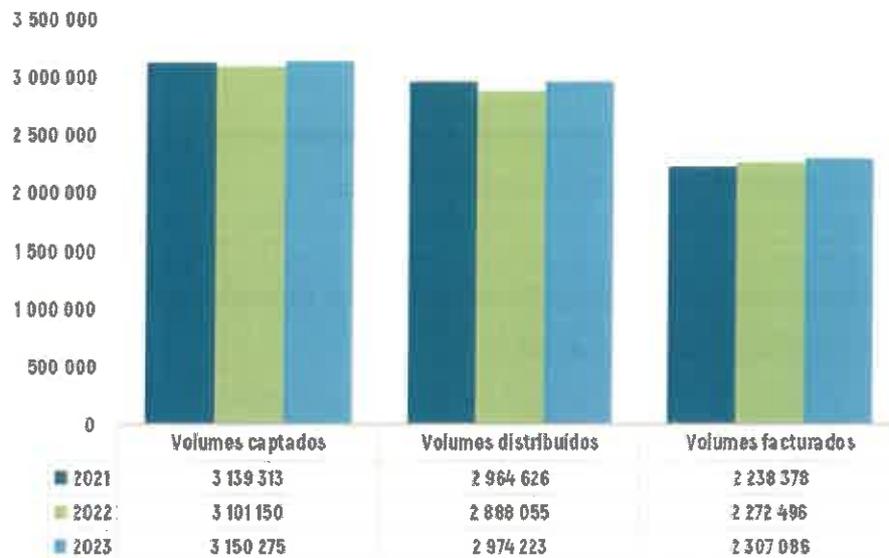
Garantir o normal abastecimento de água para consumo humano, com fiabilidade e com a qualidade adequada, é o principal objetivo da atividade da Águas da Covilhã, no que respeita ao abastecimento de água.

O abastecimento de água no concelho da Covilhã é feito através de 13 sistemas em baixa: 9 geridos pela Águas da Covilhã e os restantes geridos pelas Juntas de Freguesia de Cortes do Meio, Unhais da Serra e Erada, esta última com 2 sistemas, Erada e Trigais.

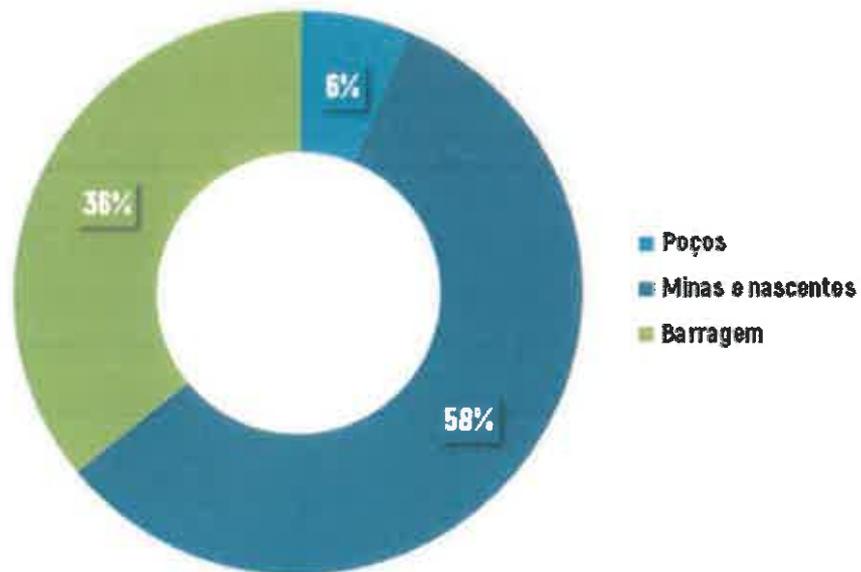
Os sistemas de distribuição de água para consumo humano abastecem 99% da população do concelho, sendo que o maior sistema de abastecimento, tem como captação principal a Albufeira da Cova do Viriato, que fornece água a 84% dos habitantes do concelho. Os outros sistemas dependem totalmente de captações de água subterrâneas, compostos por diversas minas, drenos, poços, furos e nascentes.

² por delegação do Município da Covilhã, nos termos da deliberação da Assembleia Municipal de 23/12/2005 e nos termos do nº 1 do artigo 20º e do artigo 45º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto

Volumes de água para abastecimento (m3)



Origem da água distribuída



Toda a água captada para abastecimento da população é sujeita a tratamentos físico-químicos, de forma a assegurar a sua qualidade e segurança. A regularidade do fornecimento da água é assegurada por 88 reservatórios (36 em alta e 52 em baixa), que possuem uma capacidade total de armazenamento de 40.517m³ (19.141 m³ em alta e 21.376 m³ em baixa). Realizaram-se intervenções de beneficiação em diversos reservatórios, no montante global de 48.031,73€.

A Águas da Covilhã é responsável em termos de qualidade da água por 13 sistemas públicos de abastecimento de água no concelho da Covilhã que no total englobam 26 zonas de abastecimento (ZA) para as quais é elaborado, anualmente um programa de qualidade de água (PCQA) sujeito à aprovação da ERSAR. Em 2020, e por indicação da Câmara Municipal da Covilhã, a Águas da Covilhã assumiu o PCQA de Unhais da Serra, Cortes do Meio, Erada e Trigais.

Em relação ao cumprimento do PCQA, e à semelhança dos anos anteriores, foram executadas todas as análises previstas representando, sendo de 99,92% a percentagem de análises realizadas com cumprimento do valor paramétrico³.

Controlo da qualidade da água - PCQA		
	2022	2023
n.º de análises com Valor Paramétrico realizadas *	2 522	2 486
n.º de incumprimentos *	0	2
% de cumprimento	100,00%	99,92%

Durante o ano de 2023, foram realizadas várias campanhas ativas de deteção e reparação de roturas/fugas, nomeadamente nas localidades de Covilhã, Paúl, Verdelhos, Tortosendo, Peso, Ourondo, Barroca Grande, Aldeia de S. Francisco de Assis, Barco, Dominguiso, Orjais, Panasqueira e Cambões, Vila do Carvalho e Aldeia do Souto.

Para além das dezenas de ramais substituídos no âmbito das empreitadas realizadas na substituição de redes de água, foram também substituídos por administração direta 140 ramais em diversas localidades do Concelho.

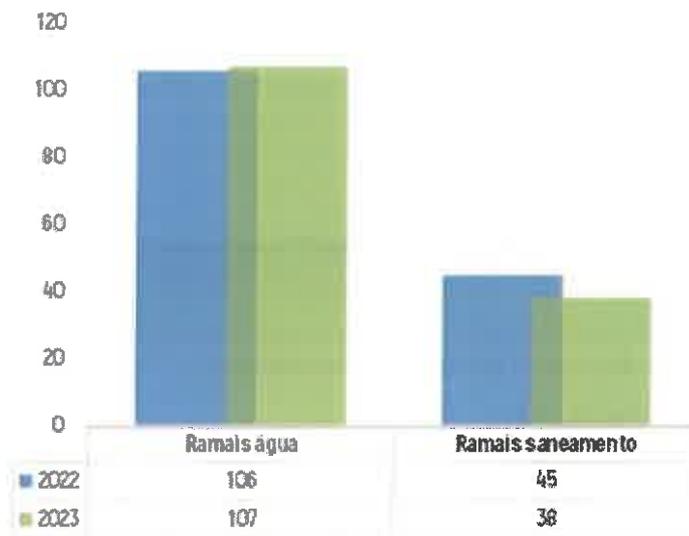
A Águas da Covilhã assegura o serviço de controlo de qualidade da água 24 horas por dia, através de 6 operadores. Este serviço, em conjunto com investimentos em ferramentas de controlo - Telegestão (controlo em tempo real dos níveis dos reservatórios, teores cloro e pH), com a otimização dos tratamentos, com execução dos planos de desinfecção de reservatórios e manutenção das redes de distribuição, bem como com a implementação dos Planos de Segurança da Água - PSA, que permite à Águas da Covilhã um reforço na garantia da qualidade da água distribuída e uma maior capacidade de intervenção nos sistemas de abastecimento de água e assumir a totalidade do controlo de qualidade da água do concelho.

Por razões de saúde pública e cumprimento do normativo legal existente sobre a obrigatoriedade de ligação às redes existentes [Decreto-Lei 194/2009, de 20 de agosto], deu-se continuidade à estratégia de

³ * Inclui os parâmetros conservativos da Alta e respetivos incumprimentos (dados de acordo com a ERSAR).

identificação de edifícios que não ligados. Através da georreferenciação dos códigos de identificação do local e atualizando o cadastro existente, iremos continuar, no decorrer de 2024 a identificar os edifícios e as áreas onde será necessário intensificar a expansão de redes.

Construção de novos Ramais



Para além dos ramais substituídos no âmbito das empreitadas realizadas na substituição de redes de água e saneamento, foram também substituídos 140 ramais por todo o concelho.

Foram também realizados trabalhos de remodelação e substituição de redes de distribuição de água na Covilhã, Sobral de S. Miguel, Tortosendo, Coutada, Dominguiso; Paúl e Vale Formoso. Com o objetivo de aumentar a taxa de cobertura do serviço, foram realizadas ampliações da rede de distribuição na Covilhã, Ferro, Orjais, Boidobra e Cantar Galo.

Estas intervenções na rede de distribuição de água totalizaram um investimento global de 145.252,03€.

Ampliações, substituições e reparações		
	2022	2023
Tubagem aplicada [m]	1 875	3 863

O Piquete de Intervenção, constituído por pessoal treinado especificamente para a função, ocorre aos locais de emergência para apoio e tratamento imediato da situação ocorrida, mediante um conjunto de meios humanos que permanecem de prevenção a algum incidente que possa ocorrer e que ponha em causa a segurança no local ou do serviço.

O serviço de Piquete de Intervenção Operacional garante uma assistência operacional imediata sempre que existam ocorrências no concelho da Covilhã.

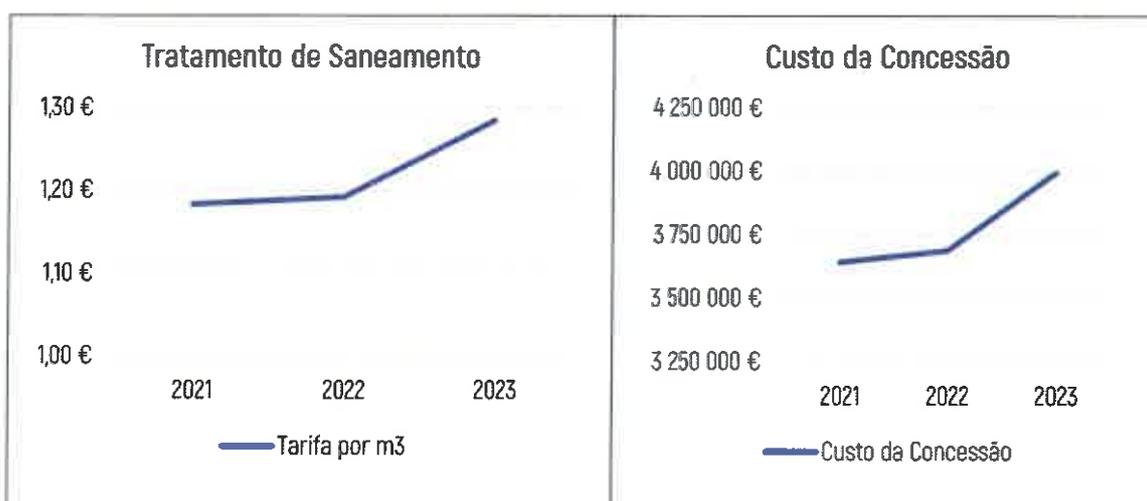
No decorrer de 2023 foram realizadas 1.140 intervenções do Piquete.

2 - SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS, INDUSTRIAIS E PLUVIAIS

Em abril de 2005, foi concessionado o serviço de saneamento em alta à ADS - Águas da Serra, S.A., pelo período de 30 anos, com base nas condições estipuladas no Programa do Concurso e Caderno de Encargos do Concurso Público internacional lançado pelo Município da Covilhã no ano de 2003.

O preço do serviço, corresponde ao resultado da multiplicação dos caudais estimados de água a tratar com o valor da respetiva tarifa, sujeita a revisão anual com base numa fórmula que integra o IPC - índice de preço ao consumidor.

A cláusula que define o tarifário e a faturação do serviço tem por base o Anexo VI e o Anexo VII do respetivo contrato de concessão.



Durante o ano de 2023, foram realizados trabalhos de remodelação e ampliação de rede de águas residuais na Covilhã, Verdelhos, Boidobra, Teixoso, Erada - Trígais, Tortosendo e em outras localidades do concelho, no montante de 33.173,69€.

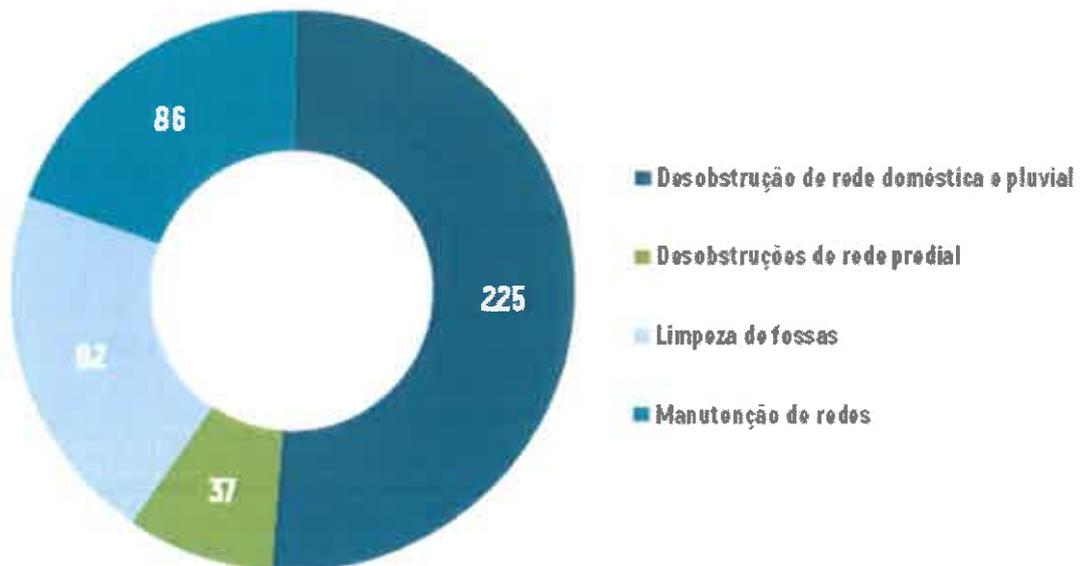
A atividade deste setor consiste essencialmente na conservação, manutenção e desobstrução de redes públicas de drenagem de esgoto doméstico e/ou pluvial, incluindo:

- Limpeza de fossas sépticas;
- Reparação de caixas de visita ou de ramais e subida das mesmas ao nível do pavimento;

- Reparação ou substituição das tampas das caixas de visita e ramal;
- Construção de coletores e ramais, em especial no reforço do sistema separativo;
- Reparação de sarjetas ou sumidouros;
- Manutenção das 9 estações elevatórias e do Tamisador nas Penhas da Saúde.

No decorrer do ano de 2023 foram realizadas 440 intervenções no setor de saneamento - que inclui o sistema de drenagem de águas residuais domésticas, industriais e pluviais - registando um acréscimo de 23,6% face ao ano de 2022.

Nº de Intervenções sector Saneamento



3 - RECOLHA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Em 2016 deu-se início à modernização deste setor através do investimento de substituição da frota de veículos para recolha de resíduos urbanos indiferenciados. Esta decisão assentou na necessidade de substituição urgente das viaturas de recolha existentes, melhorando a eficiência do serviço e as condições de trabalho dos colaboradores que operam com estes equipamentos.

As viaturas adquiridas permitem a recolha simultânea de contentores e *molak's*, possibilitando a otimização dos circuitos de recolha e a conseqüente redução de gastos.

O aumento do poder de compra e conseqüentemente do consumo das populações originou um acréscimo da produção de resíduos. Neste cenário entendemos como necessária e imprescindível que a aposta em

medidas de prevenção, dirigidas não só aos consumidores, mas também à indústria e comércio deverá ser fortemente incrementada.

Este facto, reflete-se no reforço das estratégias dos 3R's, visando a diminuição da quantidade de resíduos depositados em aterro. Estando já em vigor o sistema de recolha e tratamento seletivo dos resíduos recicláveis em todo o concelho, incluindo dos óleos alimentares, é tempo agora de apostarmos na recolha e valorização dos Bio-resíduos, através de uma estratégia diversificada, assente num modelo de gestão integrada de resíduos, e focada nas metas definidas no PAPERSU.

A redução significativa, até 15% do total de toneladas entregues à entidade de tratamento em alta (Resiestrela SA), dos resíduos urbanos indiferenciados traduzir-se-á, a longo prazo, numa redução significativa dos encargos com a deposição e tratamento, com efeitos na sustentabilidade económica da operação.

A Águas da Covilhã, na operação que se propôs a implementar, definiu um plano de investimentos em equipamentos de recolha seletiva de Bio-resíduos, nomeadamente de contentorização, sacos biocompostáveis e viatura para recolha seletiva de Bio-resíduos, que numa fase inicial incidirão nas freguesias de: Paul, Tortosendo (Belozêzere) Verdelhos, Cortes do Meio, União das Freguesias de Covilhã e Canhoso, e União de Freguesias Teixoso e Sarzedo. No sentido de testar o funcionamento do método de Tratamento na Origem (TO) de Bio-resíduos procedeu-se também à instalação de um Bio-compostor na Escola C+S do Paul, numa ação mais pedagógica.

Para além das tarefas associadas à recolha de Resíduos Urbanos indiferenciados, incluem-se ainda neste setor, as tarefas diárias de:

- Recolha seletiva de materiais recuperáveis e de objetos volumosos fora de uso, vulgo "monstros";
- Reparação, substituição e lavagem de contentores;
- Fiscalização das descargas ilegais de resíduos;
- Gestão do ecocentro e estação de transferência.

Os consecutivos aumentos da tarifa, imposta pela ERSAR à Resiestrela, a faturar aos municípios do sistema multimunicipal abrangido, tem tido impacto direto nos custos da empresa (204.279,83€ em 2021, 112.486,75€ em 2022 e 225.410,40€ em 2023), trazendo os resultados previstos para os anos de 2021, 2022 e 2023 para valores abaixo dos previstos em sede de Plano de Atividades e Orçamento, acarretando riscos na operacionalidade e os investimentos previstos.

A Resiestrela, em dezembro 2021, comunicou a referida informação ao município. De acordo com o ofício da ERSAR à Resiestrela, não terá sido cumprido o prazo de submissão pela concessionária do envio dos custos operacionais de referência que deveriam ter acompanhado as CRP (Contas Reguladas Previsionais) e, tal

facto, não permitiu a conclusão efetiva e completa do procedimento para a determinação dos proveitos permitidos totais e a fixação em tempo da tarifa regulada para o período 2022 – 2024. A consequência imediata deste atraso seria a manutenção, pela concessionária, da tarifa de 2021.

Consideramos que esta decisão deveria obedecer a um processo legislativo consagrado no Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTR) onde estão estipulados prazos para a submissão, pela concessionária (Resiestrela), das Contas Reguladas Previsionais (CRP).

Nesse contexto, a ERSAR considerou que só seria possível ter o processo finalizado no segundo semestre de 2022 e que poderiam ser colocados constrangimentos à concessionária, com impacto provável na qualidade do serviço prestado. De modo a obviar este cenário a ERSAR adotou, a título excecional, um mecanismo simplificado de fixação de tarifa regulada para 2022 – Tarifa de Transição.

Esta circunstância, que visa esta entidade, mas à qual somos completamente alheios, afetaram o modelo de recuperação de custos neste setor de atividade, contrariando o necessário e essencial equilíbrio económico-financeiro absolutamente determinante para a prestação de serviço público de qualidade.

No ano de 2023 foram depositadas 17.324 toneladas de resíduos urbanos com um gasto efetivo, suportado pela Águas da Covilhã, num total de 1.123.071,74€ (inclui IVA suportado), faturados pela Resiestrela.

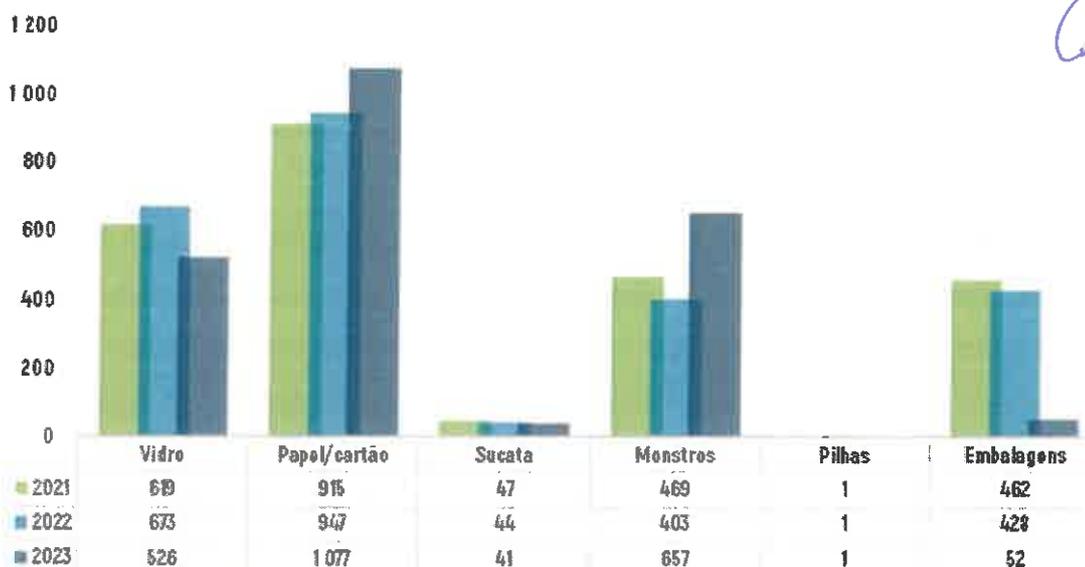
Custo c/ tratamento de resíduos sólidos (Resiestrela)					
Ano	Toneladas	Eur / Ton	Custo Total	Acréscimo Custo* Acr.	Acumulado
2021	16 821	45,41 €	763 842 €	239 685 €	239 685 € 31%
2022	16 447	53,28 €	876 296 €	112 455 €	352 120 € 46%
2023	17 324	61,16 €	1 123 072 €	246 776 €	598 895 € 78%

*versus o ano anterior

Apesar de desde fevereiro de 2013 a recolha seletiva ser assegurada pela Resiestrela, a reciclagem continua a ser uma preocupação para a Águas da Covilhã, pelo que, nos últimos anos, foram realizadas ações conjuntas, que serão intensificadas no decorrer do ano de 2024, promovendo a diminuição da quantidade de RU's depositados em aterro, em especial através do serviço de triagem realizada no EcoCentro situado nas nossas instalações do Parque Industrial do Canhoso e do fluxo especializado e dedicado de recolha e tratamento de resíduos "verdes", a funcionar nas instalações do Horto Municipal, situado na Zona Industrial do Tortosendo.

Assim
Assim

Evolução das quantidades recolhidas seletivamente (toneladas)



4 - LIMPEZA PÚBLICA

Apesar da prestação de serviços de Limpeza Urbana ter sido incluída no objeto social a desenvolver pela Águas da Covilhã, conforme deliberação da Assembleia Municipal da Covilhã de 23/12/2005, considerando também este serviço se enquadrava nos serviços municipais do ambiente, constata-se que a esta prestação de serviços não corresponde qualquer receita tarifária. Assim, entendeu a Administração, que a prestação deste serviço estará sujeita à celebração de contrato-programa, nos termos previstos e descritos nos documentos em anexo ao Plano de Atividades e Orçamento.

A atividade desenvolvida nesta área traduz-se essencialmente na requalificação e manutenção de espaços públicos, incluindo o varrido e lavagem de passeios e arruamentos, a manutenção e limpeza de valetas e desobstrução de sarjetas, corte de arbustos deservagem em taludes, remoção de cartazes publicitários afixado e desratização e desbaratização na zona geográfica correspondente à união de freguesias de Covilhã-Canhoso.

5 - PARQUES E JARDINS

Também no caso dos serviços prestados na manutenção de espaços verdes e jardins públicos, a prestação deste serviço é suportada pela celebração anual de contrato-programa, nos termos previstos e descritos nos documentos em anexo ao Plano de Atividades e Orçamento.

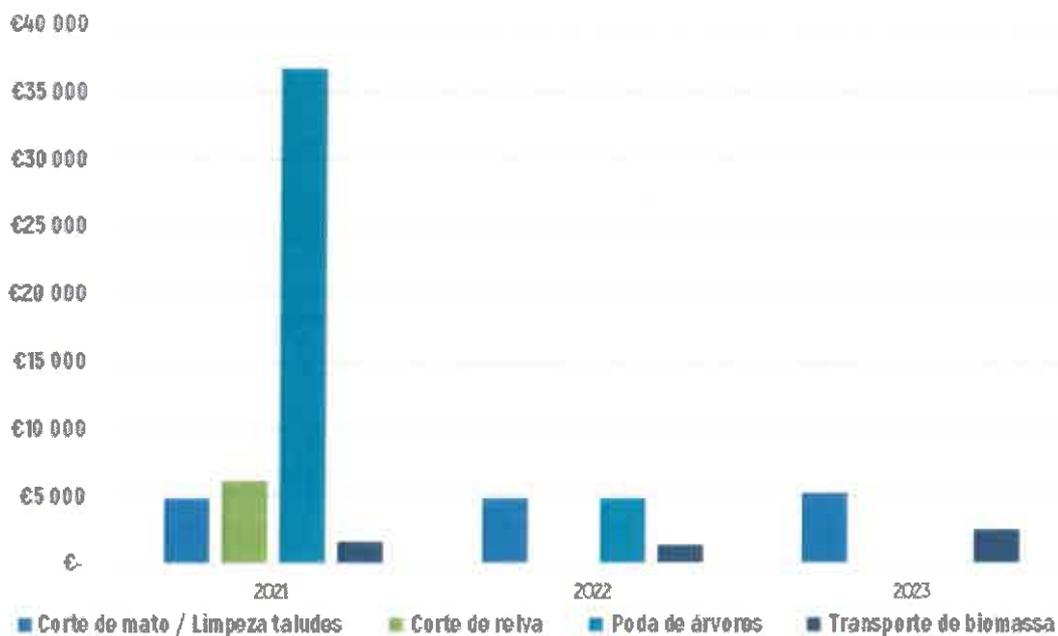
Caro
Sela

A atividade desenvolvida nesta área traduz-se na requalificação e manutenção de espaços verdes e jardins públicos, incluindo toda a manutenção do sistema de rega com água não tratada, nomeadamente captações, reservatórios e rede de rega. Também neste sentido, os nossos técnicos produzem no Horto Municipal, as mais variadas espécies vegetais utilizadas nos espaços verdes do concelho.

A decisão do Conselho de Administração, em 2014, de internalizar a maioria dos serviços realizados neste setor, optando pela contratação de pessoal e pela aquisição de viaturas e equipamentos, permitiu estabilizar os gastos diretos deste setor. A decisão refletiu-se também ao nível do número de intervenções realizadas, com especial ênfase em limpeza e manutenção de diversos locais que há muitos anos que não eram intervencionados, bem como a realização parcial de podas de árvores na cidade da Covilhã.

Ainda assim, continua a ser necessário a contratação de serviços externos da seguinte tipologia:

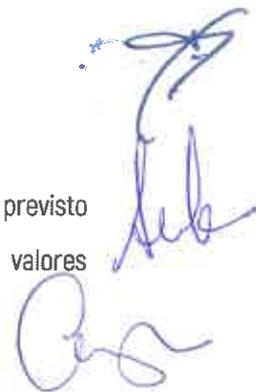
Subcontratação: Parques e Jardins



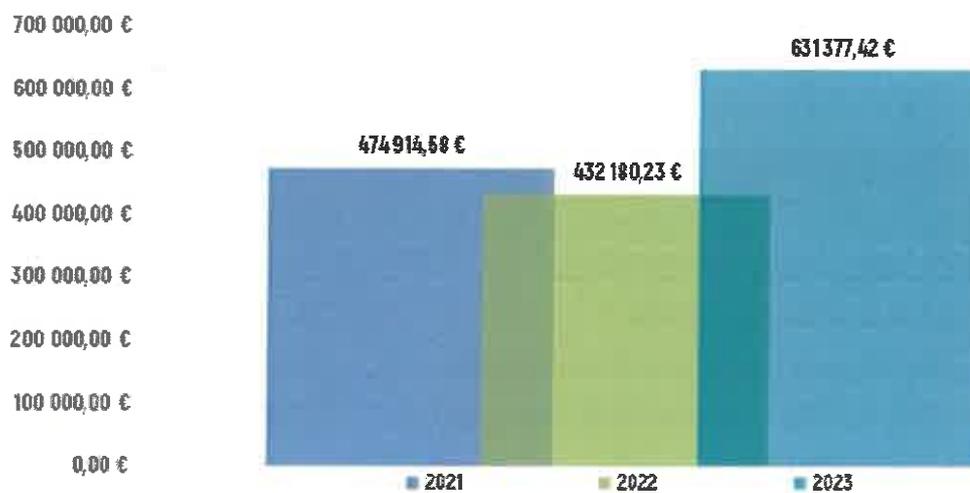
Este setor constitui atualmente uma força operacional desta empresa, que permite a realização de intervenções urgentes e anteriormente não realizadas pelos prestadores que eram contratados, dando apoio direto à limpeza urbana sempre que necessário e ainda ao Canil Municipal (CROACovilhã).

Considerando o previsto no número 4 do artigo 32º e o artigo 47º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, na sua atual redação, na alínea f) do artigo 13º dos Estatutos e nas alíneas k), e l) do número 2 da Cláusula 1ª do Acordo Parassocial da empresa A.D.C. - Águas da Covilhã, EM, e os indicadores e referenciais que permitem

medir a realização dos objetivos estipulados no presente Contrato-Programa no qual apenas está previsto o custo estimado, apresentamos em seguida os valores apurados, para que dessa forma os valores estimados sejam avaliados e atualizados em face dos valores reais:



Gastos diretos anuais do setor Parques e Jardins





III – INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

1- ATIVO

1.1 Ativo não corrente

Ativos fixos tangíveis e intangíveis

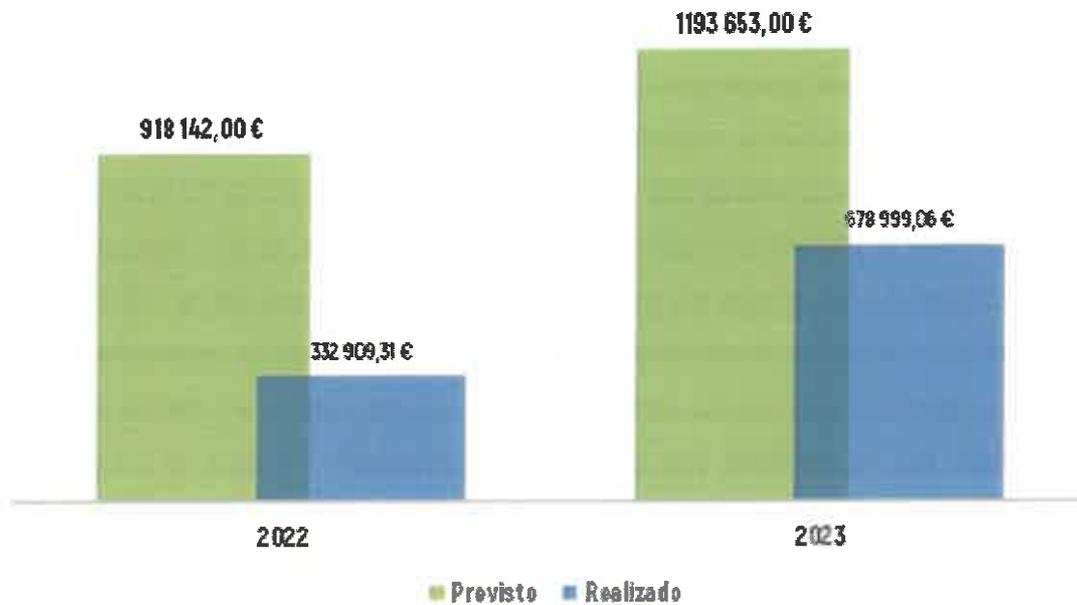
No decorrer do ano de 2023 foram realizados investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis no montante de 678.999,06€, destacando-se os seguintes:

Investimento realizado		
	2022	2023
Ampliação/Remodelação de redes de água	51 963,19 €	145 252,03 €
Substituição de Conduitas - POSEUR	28 594,11 €	0,00 €
Ampliação/Remodelação de redes de águas residuais	105 071,82 €	33 173,69 €
Conservação e equip. reservatórios e EE saneamento	7 793,39 €	64 310,63 €
Equipamento de transporte	0,00 €	217 102,00 €
Contadores	28 284,34 €	92 423,12 €
Telegestão / Equipamentos de controlo de perdas	19 799,00 €	13 709,78 €
Equipamentos RU's	22 096,13 €	39 418,43 €
Programas de computador	1 750,00 €	7 550,00 €
Programas de computador - POSEUR	7 490,00 €	0,00 €
Comunicação - POSEUR	3 037,50 €	0,00 €
Outros investimentos	57 029,83 €	66 059,38 €
Total	332 909,31 €	678 999,06 €

Em virtude dos constrangimentos atrás referidos e em consonância com a estratégia de avaliação criteriosa e ponderada de todos os gastos, a Águas da Covilhã registou em 2023 uma execução orçamental de 56,88% na rubrica dos investimentos.

Para este índice contribuíram as obras de remodelação e ampliação de redes de água e de águas residuais no concelho da Covilhã. Foram, também, adquiridos equipamentos de controlo de perdas, equipamentos de RU's, contadores, equipamento de transporte entre outros.

Investimentos



1.2. Ativo Corrente

Inventários

As existências de materiais apresentavam no final de 2023 um valor de 489.084,68€, destacando-se as matérias-primas: para o setor da água com 210.820,63€; para o setor de saneamento com 52.656,33 €; para o setor dos parques e jardins com 72.256,13€ e para o setor dos resíduos sólidos com 118.369,06€.

As perdas por imparidade nos inventários registavam, à data de 31 de dezembro, o montante de 44.144,39€.

Clientes

O valor das dívidas de clientes apresentava a 31 de dezembro de 2023 um saldo de 3.115.442,93€, sendo 2.348.512,64€ de clientes em conta corrente (da faturação e de prestações de serviços) e 766.930,29€ referentes a clientes de cobrança duvidosa, para os quais está contabilizada uma perda por imparidade de igual montante.

Estado e outros entes públicos

Do valor de 317.137,37€ apresentado no Balanço, 264.297,92€ respeitam ao IRC 2016 (182.631,36€) e IRC 2017 (81.666,56€), por correção da dedução dos prejuízos fiscais do ano de 2009, tendo sido já apresentada impugnação do ato tributário.



Considerando que a empresa tem direito à dedução dos prejuízos fiscais, e que irá receber os valores pagos, estes foram considerados a débito da rubrica Estado e Outros Entes Públicos nas datas dos pagamentos.



Outras contas a receber

O valor de 12.766.842,38€ apresentado no Balanço, respeita fundamentalmente à contabilização na rubrica "Devedores por acréscimos de rendimentos", dos subsídios à exploração em dívida pelo Município da Covilhã, e respeitantes aos anos de 2010 e de 2012 a 2023, no montante global de 10.060.944,00€, e ainda ao registo do valor de 2.145.000€ relativos à compensação do valor a receber da ADS - Águas da Serra, SA, por via da antecipação da totalidade dos dividendos, no montante global atualizado de 2.145.000€, a receber pelo Município da Covilhã. Entendemos que este registo carece ainda de esclarecimentos a serem prestados pelos Acionistas. Contudo, tendo em conta que o mesmo surge de uma decisão com sede numa Assembleia Geral de Acionistas, esta administração decidiu pela manutenção do método de registo contabilístico utilizado desde 2009, podendo aquele estar sujeito a correções futuras, após esclarecimentos.

Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2023, o valor registado em Caixa e Depósitos Bancários ascendia a 659.521,99€.

2 PASSIVO

2.1. Passivo não corrente

Provisões

O valor de 3.699,15€ respeita a outras provisões.

Financiamentos obtidos

O valor de 2.335.999,84€ apresentado como passivo não corrente, inclui 2.000.000€ respeitantes aos suprimentos da WATER VALUE - Serviços Ambientais, SA, efetuado aquando da aquisição dos 49% do capital social desta empresa, e 338.232,84€ relativo à contratação de um empréstimo bancário de médio prazo, contraído com o Millennium BCP, no valor de 600.000€, deduzido de 2.233€ por via da contabilização ao custo amortizado.

2.2 Passivo Corrente

Fornecedores

Nesta rubrica importa salientar que, cerca de 74% do seu valor se encontra concentrado em dois fornecedores, a saber:

- 4.887.932,90€ de dívida à ADS - Águas da Serra, SA, referente à concessão do serviço de saneamento em alta e;
- 257.548,92€ à Resiestrela, SA.

Em setembro de 2013 a Águas da Covilhã assinou com a Resiestrela o Contrato de Entrega e Receção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e de Recolha Seletiva para a Valorização, Tratamento e Destino Final, tendo pagado a dívida para com a Águas do Zêzere e Côa e para com a Resiestrela, através de cheques no valor de 4.215.131€. Foi igualmente liquidado o montante de 560.984€ através da dação em cumprimento pela transmissão da propriedade de bens afetos ao setor dos resíduos sólidos, nomeadamente, a estação de transferência e o ecocentro e equipamento básico.

A Águas da Covilhã reconheceu a obrigação de pagamento à Resiestrela de 589.389€, que serão liquidados em 171 prestações com o débito, para efeito de encontro de contas, de faturas emitidas à Resiestrela pela prestação de serviços de gestão e manutenção do Ecocentro.

À data de 31 de dezembro de 2023 já tinham sido liquidadas 64 prestações.

Financiamentos obtidos

O montante de 47.935,41€ apresentado como passivo não corrente, respeita às amortizações a pagar durante o ano de 2024, relativo ao empréstimo bancário contraído com o Millennium BCP.

Outras contas a pagar

De salientar o montante de 6.327.910,64€ contabilizados em "Credores por acréscimos de gastos". O valor mais significativo registado nesta rubrica, 2.145.000€, respeita ao gasto com a assistência técnica de gestão da WATER VALUE, S.A.. Entendemos que este registo carece dos mesmos esclarecimentos, já apontados na rubrica de Outras contas a receber.

Contudo, tendo em conta que o mesmo surge de uma decisão com sede numa Assembleia Geral de Acionistas, esta administração decidiu pela manutenção do método de registo contabilístico utilizado desde 2009, podendo aquele estar sujeito a correções futuras, após esclarecimentos. Ao anterior valor acresce, ainda, o montante de 3.647.640,77€.

Foram contabilizados 386.486,53€ Euros relativos à estimativa de férias, subsídio de férias e encargos.



Está também incluído o valor de 113.413,60€ relativos à dívida por "depósito de garantia", respeitante às garantias da execução de obras pelos empreiteiros, em função dos valores contratados.



3 – CAPITAL PRÓPRIO

O Capital Próprio da Águas da Covilhã ascende, no final do exercício, a 15.430.587,48€, com evidência para o valor dos Resultados Transitados que incorporaram o Resultado Líquido de 2022, deduzido do valor de 9.220,80€ que foi transferido para Reservas Legais.

4 – RENDIMENTOS

O volume de Vendas de água apresenta um valor de 2.593.882,39€ (já deduzido do valor do desconto do Cartão Municipal Social de 6.666,17€). As prestações de serviços apresentam um valor líquido de 9.106.336,28€, sendo 2.716.437,03€ do setor da água; 4.523.830,53€ do setor do saneamento e 1.825.535,24€ do setor dos resíduos sólidos.

O valor do desconto do Cartão Municipal Social afeto às prestações de serviços foi de 22.117,46€. O desconto do Cartão Municipal Social apresentou um valor global de 28.783,63€. O montante de 229.890,86€ registado em Outros Descontos respeita ao acordo firmado, em 2023, com a cliente Fitecom SA.

Os serviços diversos prestados a terceiros desde reparações de ruturas nas redes públicas de distribuição de água, limpeza de coletores de esgoto e fossas sépticas, entre outros, apresentavam no final do exercício um valor de 169.203,31€, sendo que o montante de 157.198,61€ diz respeito à cliente Fitecom SA.

Em subsídios à exploração foi contabilizado o montante de 1.367.386,00€, respeitante aos Contratos Programa para o ano de 2023 (por contrapartida de "Devedores por acréscimos de rendimentos"); 5.498,01€ referentes a subsídios do I.E.F.P. e 4.463,28€ relativos a subsídios do Fundo Ambiental.

Na rubrica de outros rendimentos e ganhos importa salientar os valores de 33.626,52€ e 22.939,92€, relativos à recuperação de custos imputados à Resiestrela e à ICOVI, respetivamente.

Foi contabilizado o montante de 40.671,81€ resultantes da transferência dos subsídios ao investimento de "Outras variações no capital próprio - Subsídios" na proporção da depreciação dos bens subsidiados.

O total dos rendimentos registou um aumento de 834.981,94€, correspondendo a uma variação de 6,62%.

Rendimentos				
SNC	Rubricas	2023	2022	△ 2023/2022
71	Vendas	2 593 882,39 €	2 561 858,69 €	1,3%
72	Prestações de Serviços	9 106 336,28 €	8 898 219,72 €	2,3%
74	Trabalhos para a própria empresa	80 774,71 €	87 898,76 €	-8,1%
75	Subsídios à Exploração	1 377 347,29 €	713 853,63 €	92,9%
76	Reversões	111 617,61 €	0,00 €	---
78	Outros rendimentos	152 121,40 €	329 076,35 €	-53,8%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos	18 385,27 €	14 575,86 €	26,1%
Total		13 440 464,95 €	12 605 483,01 €	6,6%

Para uma melhor compreensão apresentamos a análise descritiva das rubricas de Prestação de Serviços:

Prestações de Serviços			
Rubricas	2023	2022	△ 2023/2022
Setor Água	2 716 437,03 €	2 492 769,29 €	9,0%
Tarifa de disponibilidade	2 481 678,66 €	2 282 206,50 €	8,7%
Tarifa de ligação de contador	129 390,00 €	124 162,15 €	4,2%
Ramais	69 550,21 €	60 919,86 €	14,2%
Outras tarifas	35 818,16 €	25 480,78 €	40,6%
Setor de Saneamento	4 523 830,53 €	4 516 128,94 €	0,2%
Tarifa de saneamento	3 727 167,13 €	3 704 992,20 €	0,6%
Tarifa de disponibilidade	725 355,78 €	736 222,35 €	-1,5%
Ramais	18 188,01 €	31 480,82 €	-42,2%
Outras tarifas	53 119,61 €	43 433,57 €	22,3%
Setor dos Resíduos Sólidos	1 825 535,24 €	1 780 462,72 €	2,5%
Desconto do cartão do idoso	-22 117,46 €	-22 776,77 €	-2,9%
Outros descontos	-229 890,86 €	0,00 €	---
Outras tarifas e serviços diversos	292 541,80 €	131 635,54 €	122,2%
Total	9 106 336,28 €	8 898 219,72 €	2,3%



5 – GASTOS

A totalidade dos gastos de 2023 aumentou 892.513,20€ face a 2022, correspondendo a um aumento de 7,23%.

Para uma melhor compreensão apresentamos a seguinte análise das rubricas dos gastos:

Gastos				
SNC	Rubricas	2023	2022	△ 2023/2022
61	Custo mercadorias e matérias consumidas	834 127,70 €	773 446,70 €	7,8%
62	Fornecimentos serviços externos	7 808 712,93 €	7 158 949,93 €	9,1%
63	Gastos com pessoal	3 280 703,67 €	3 045 942,50 €	7,7%
64	Gastos de depreciação e de amortizações	1 032 006,47 €	1 017 175,01 €	1,5%
65	Perdas por imparidade	1 340,89 €	206 284,50 €	-99,3%
67	Provisões do exercício	0,00 €	113,37 €	-100,0%
68	Outros gastos	141 543,32 €	70 575,53 €	100,6%
69	Gastos e perdas de financiamento	144 696,30 €	78 130,54 €	85,2%
Total		13 243 131,28 €	12 350 618,08 €	7,2%

Os acréscimos mais significativos verificaram-se nos seguintes gastos:

- Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no valor de 60.681,00€;
- Fornecimentos e serviços externos no montante de 649.763,00€;
- Gastos com pessoal no valor de 234.761,17€;
- Gastos de Depreciação e de Amortizações, no montante de 14.831,46€;
- Outros gastos no valor de 70.967,79€;
- Gastos e Perdas de Financiamento no montante de 66.565,76€.

Nas seguintes rubricas verificou-se um decréscimo:

- Perdas por Imparidade com 204.943,61€;
- Provisões no valor de 113,37€;

6 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado líquido apurado em 2023 foi de 150.193,16€, representando uma diminuição de 34.222,88€ (-19 %) face ao ano anterior.

7 – RÁCIOS E INDICADORES

Compreender o passado é uma necessidade para objetivar o futuro, pelo que da análise financeira surge naturalmente o planeamento financeiro, que a Administração utiliza para estabelecer objetivos, antecipar surpresas, avaliar as disponibilidades, fazer face aos seus créditos e aplicação dos seus excedentes de tesouraria.

Através da análise financeira pode-se comprovar que, quer o desempenho da empresa quer a situação financeira se encontram dentro dos parâmetros médios do setor, nomeadamente quanto à sua robustez financeira e ao grau de cumprimento dos objetivos propostos.

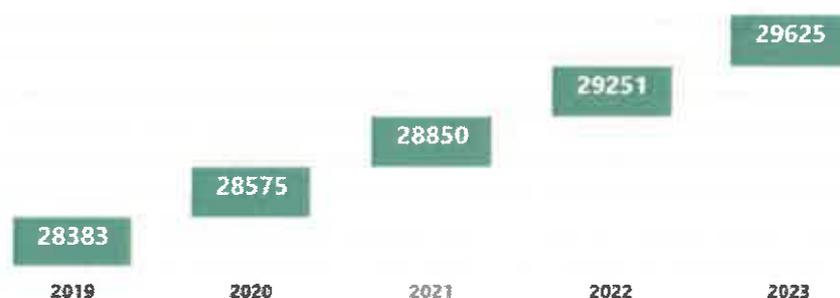
Indicadores Económico-Financeiros		
	2022	2023
Volume de Negócios	11 460 078 €	11 700 219 €
Resultado Líquido	184 416 €	150 193 €
Ativo Líquido	30 592 741 €	32 006 110 €
Passivo	15 291 782 €	16 575 522 €
Capital Próprio	15 300 959 €	15 430 587 €
Solvabilidade Total	100,1%	93,1%
Autonomia Financeira	50,0%	48,2%
Liquidez Geral	115,0%	116,7%
Rentabilidade Líquida das Vendas	1,6%	1,3%

IV – INFORMAÇÃO COMERCIAL

A tipologia de consumos registados no ano de 2023 regressou ao padrão registado antes da Pandemia Covid-19, nomeadamente no binómio de utilizadores domésticos e não domésticos. Ainda assim, os consumos dos utilizadores não domésticos ficaram abaixo do previsto, em virtude da retração da atividade dos grandes utilizadores/produtores, nomeadamente: Hotelaria, Restauração e Indústria.

No decorrer do ano de 2023, registou-se um acréscimo de 374 consumidores e um aumento de 1,5% no volume de água faturada.

EVOLUÇÃO DO Nº TOTAL DE CLIENTES DE ÁGUA



Os clientes da Águas da Covilhã são maioritariamente domésticos, representando estes, cerca de 90% do total de clientes, 73% do volume de água faturada e 43% do valor da faturação de água.

Estrutura do Tipo de Consumidores / Faturação de Água (2023)

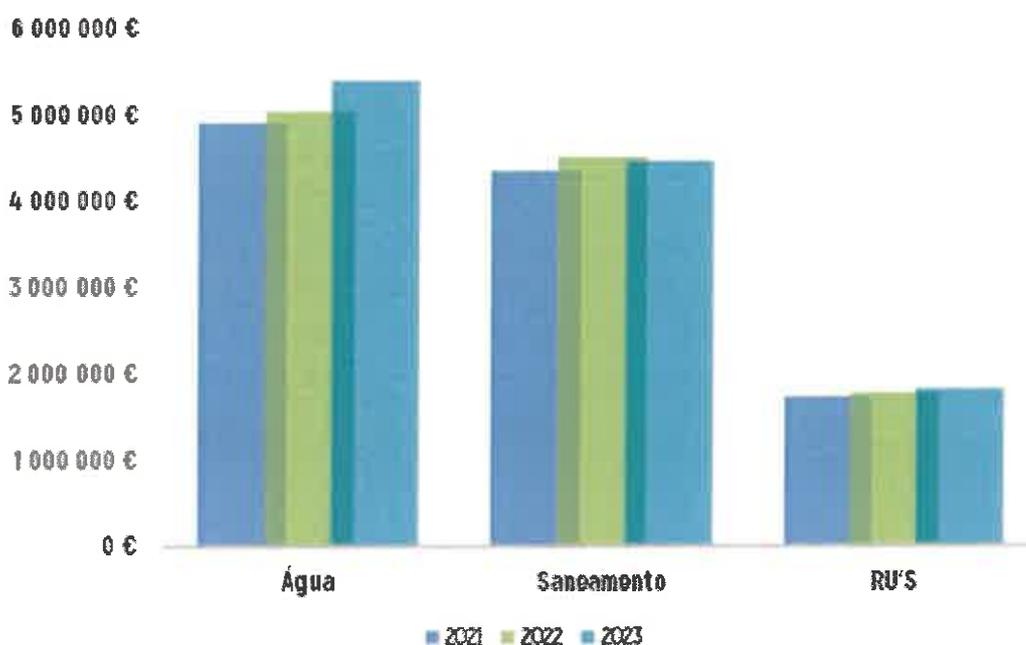
Tipo	Número	%	m3	%	Euros	%
Domésticos	26 618	90%	1 673 421	73%	114 091 €	43%
Comercio e Indústria	2 202	7%	367 266	16%	97 236 €	38%
Outros utilizadores	544	2%	228 362	10%	502 555 €	19%
Total	29 364	99%	2 269 049	98%	2 593 882 €	100%
Cons. Próprios ADC	261	1%	38 037	2%	0 €	0%
Total	29 625		2 307 086		2 593 882 €	

Os volumes de faturação de Água, Saneamento e Resíduos estão ligeiramente acima dos valores inicialmente previstos. Este aumento está relacionado com o aumento do número de clientes.

Em 2023, procedeu-se à alteração da estrutura tarifária das Tarifas Fixas, de acordo com a recomendação da ERSAR, sem, contudo, essa alteração se traduzir num aumento das tarifas (fixas e variáveis) praticadas em anos anteriores.

A renovação do parque de contadores - substituição de cerca 4000 contadores em 2023 - deverá contribuir para a diminuir o número de contadores com consumo zero.

Evolução da faturação (Euros)



Na área comercial é de salientar os objetivos atingidos no ano de 2023:

- Reforço de boa cobrança da dívida e diminuição do Prazo Médio de Recebimentos;
- Plano de substituição de contadores diminuindo assim perdas por submedição;
- Implementação de novas minutas de celebração de acordo de pagamento com força executiva;
- Procedimentos de análise consumos em especial grandes clientes;
- Implementação de novos reportes comerciais;
- Reforço das atividades de fiscalização, nomeadamente inspeção de contadores e ligações ilícitas.

Em 2024, deverá ocorrer a transição da gestão do serviço de águas de três juntas de freguesia, que atualmente são também Entidades Gestoras do serviço de abastecimento de água para consumo humano. Este facto irá originar mudanças significativas ao nível dos indicadores relacionados com o fornecimento de água.

A angariação de novos clientes em 2024, dependerá da execução de obras de ampliação de rede, que dependerão de uma avaliação prévia da sua viabilidade técnica e económica, tal como previsto no regulamento em vigor.

Consumos faturados por tipo de clientes				
	m³	%	€	%
Domésticos	1 673 421	73%	1 114 091 €	43%
Administração Central	93 528	4%	332 345 €	13%
Administração Local	45 967	2%	43 410 €	2%
Comercial	169 963	7%	374 428 €	14%
Cons. Próprios	38 037	2%		
Hotelaria/Grandes Superfícies	101 251	4%	293 233 €	11%
Industrial	96 052	4%	309 576 €	12%
Inst.S/ Fins Luc.	69 206	3%	63 116 €	2%
Obras	6 607	0%	21 230 €	1%
Rega	13 054	1%	42 454 €	2%
Total	2 307 086		2 593 982 €	

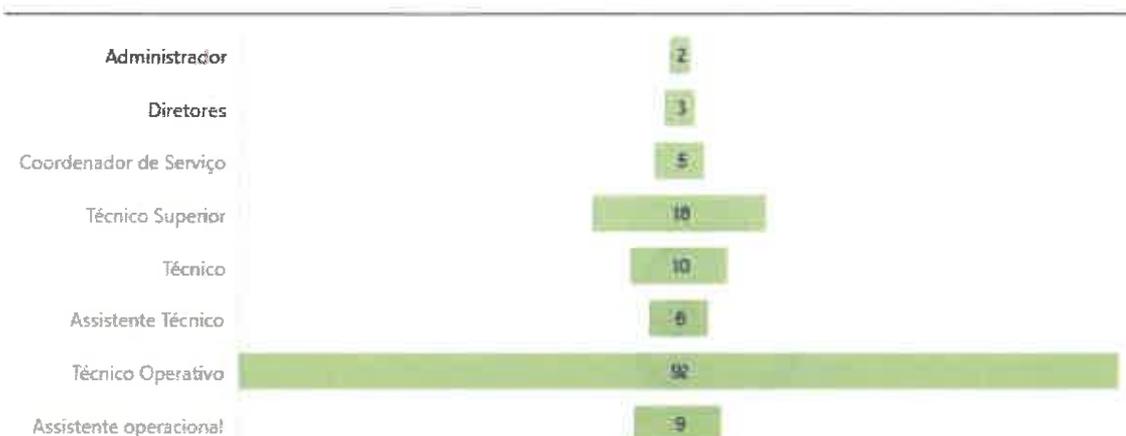


A EQUIPA ÁGUAS DA COVILHÃ



O número de colaboradores à data de 31 de dezembro de 2023 era de 145 e o número médio de trabalhadores no ano de 2023 foi de 146.

Quadro de Pessoal



O Conselho de Administração é composto por três Administradores, dos quais apenas dois são remunerados pela Águas da Covilhã, pelo exercício de funções executivas.

Nos termos do nº 2 Artigo 30.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, os membros de administração desta empresa são remunerados de acordo com o Estatuto do gestor das empresas locais, sendo o valor das remunerações dos administradores executivos das empresas locais, limitado ao valor da remuneração de vereador a tempo inteiro da respetiva câmara municipal, conforme nº 2 Artigo 6.º Lei n.º 29/87, de 30 de Junho. Já nos termos do nº 2 do Artigo 28.º DL n.º 71/2007, de 27 de Março "a remuneração dos gestores públicos integra ainda um abono mensal, pago 12 vezes ao ano, para despesas de representação no valor de 40% do respetivo vencimento. Sobre os valores apresentados são ainda aplicadas as reduções previstas no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Não há lugar a qualquer pagamento, seja em numerário ou em espécie, de qualquer outro benefício social, nomeadamente: despesas com combustível, comunicações, telemóvel e automóvel.

Dos trabalhadores em funções em dezembro de 2023, 37 estão em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, e em regime de mobilidade geral, por cedência de interesse público. Os trabalhadores contratados no âmbito do Código de Trabalho são 106, dos quais 83 estão em regime de contrato sem termo, 23 com contrato de trabalho a termo certo e 1 com contrato de trabalho a termo incerto.

A Águas da Covilhã tem dois colaboradores com um grau de incapacidade superior a 60%.

A Águas da Covilhã conta com 122 trabalhadores do sexo masculino e 23 do sexo feminino. O número mais significativo de trabalhadores tem entre 40 e 54 anos.

Dos 145 trabalhadores da Águas da Covilhã, 63 estão há menos de 5 anos na empresa. Os trabalhadores que estavam em regime de *outsourcing* foram integrados no quadro da empresa, resultando no aumento do número de trabalhadores, permitindo uma melhoria dos serviços prestados e uma redução de gastos para a empresa. Não está em vigor qualquer contrato de trabalho temporário. Deu-se continuidade à promoção da saúde dos trabalhadores, por forma a contribuir para o seu bem-estar físico. No ano de 2023 foram realizadas 54 consultas de medicina do trabalho. No decorrer do ano de 2023, verificaram-se 16 acidentes de trabalho, o que representa uma taxa de 11% relativamente ao número de trabalhadores. Este indicador aumentou em relação ao ano anterior tendo-se verificado um aumento de 13 acidentes, versus os ocorridos no ano de 2022.

O número de horas extraordinárias aumentou em 1.968,50 horas no ano 2023 face a 2022. O trabalho suplementar serve para fazer face a situações imprevistas ou para a realização de serviços com menor perturbação das condições de transito e maior segurança para os trabalhadores, ocorrendo pontualmente e apenas no tempo indispensável ao bom funcionamento dos serviços.

VI - CONTRATAÇÃO PÚBLICA

No ano de 2023 foram adjudicados 39 procedimentos concursais cujo montante global de adjudicação cifra-se em 1.790.904,34€.

A contratação incidiu sobre as seguintes prestações de serviços e aquisições:

- Recolha de resíduos sólidos urbanos e lavagem de contentores,
- Limpeza das instalações da Águas da Covilhã, desinfeção, abertura e fecho de sanitários públicos da Covilhã
- Manutenção / reparação de viaturas ligeiras e pesadas
- Realização de análises de água para consumo humano
- Empreitada para a reposição de pavimentos no concelho da Covilhã
- Aquisição de contentores, Bio-compostor, sacos biodegradáveis e viatura para a recolha de Bio-resíduos;
- Aquisição de 5.000 contadores
- Substituição de 3500 contadores, entre outras.

Evolução dos concursos			
	2021	2022	2023
Montante Concursos Adjudicados	919 629,01 €	1 411 467,48 €	1 790 904,34 €
Nº Concursos Adjudicados	29	21	39

VII - MANUTENÇÃO

A rubrica de conservação e reparação registou uma diminuição de 14.354.43€, apesar da necessidade de se ter efetuado algumas grandes reparações em viaturas sinistradas.

Os gastos com a manutenção da frota diminuíram 3,3% em relação a 2022.

Apesar da estimativa do preço em alta do custo da energia, verificou-se também uma diminuição dos gastos com eletricidade na ordem dos 3,8% face a 2022. O setor da água representa 63,2% do gasto total.

Quanto aos combustíveis, a diminuição do custo decorre da obtenção de melhores condições na compra a granel e a um consumo de combustíveis inferior em 7,3%, face a 2022. O setor dos RU's representa o maior valor no consumo.

Custos de manutenção da Frota			
	2022	2023	Δ 2022-2023
Água	28 401,23 €	31 698,55 €	3 297,32 € 11,6%
RSU's	58 963,96 €	61 058,52 €	2 094,56 € 3,6%
Jardins	1 555,29 €	4 896,46 €	3 341,17 € 214,8%
Saneam.	12 811,78 €	7 830,13 €	-4 981,65 € -38,9%
Apoio	9 486,26 €	1 871,37 €	-7 614,89 € -80,3%
Adm.	328,61 €	480,89 €	152,28 € 46,3%
Total	111 547,13 €	107 835,92 €	-3 711,21 € -3,3%

Consumo de combustíveis por setor (litros)			
	2022	2023	Δ 2022-2023
Águas	37 285	37 838	553 1,5%
RSU's	47 693	47 468	-225 -0,5%
Jardins	10 477	6 491	-3 986 -38,0%
Apoio	12 077	6 065	-6 012 -49,8%
Direção	699	401	-298 -42,6%
Saneam.	7 628	9 186	1 558 20,4%
Total	115 859	107 449	-8 410 -7,3%

Consumo de energia elétrica por setor			
	2022	2023	Δ 2022-2023
Edifícios	14 974,92 €	14 495,49 €	-479,43 € -3,2%
Água	70 162,23 €	79 953,76 €	9 791,53 € 14,0%
Jardins	23 068,54 €	18 775,95 €	-4 292,59 € -18,6%
Saneam.	10 670,99 €	9 301,17 €	-1 369,82 € -12,8%
RSU's	12 699,30 €	4 043,39 €	-8 655,91 € -68,2%
Total	131 575,98 €	126 569,76 €	-5 006,22 € -3,8%

Custos de manutenção por setor operacional			
	2022	2023	Δ 2022-2023
Água	43 376,15 €	46 194,04 €	2 817,89 € 6,5%
Saneam.	23 482,77 €	17 131,30 €	-6 351,47 € -27,0%
RSU's*	71 663,26 €	65 101,91 €	-6 561,35 € -9,2%
Jardins	24 623,83 €	23 672,41 €	-951,42 € -3,9%
Total	163 146,01 €	152 099,66 €	-11 046,35 € -6,8%

* Inclui Limpeza Urbana

VIII - COMUNICAÇÃO E MARKETING

O papel deste gabinete é a valorização da empresa no seu todo, dando destaque a todas as áreas de atuação da mesma, Saneamento, Parques e Jardins, Água, Resíduos e limpeza. Conseguir transmitir ao consumidor e à população em geral, a importância de cada uma das áreas de atuação, explicando que quando recebem a fatura estão a pagar por todos esses serviços e não apenas pelo consumo de água desse mês. Desmistificar a ideia simplista de que a água chega quase de forma natural à torneira, e sim,

mostrar todo o percurso e recursos que implicam a chegada da água com qualidade à torneira de cada um. O mesmo princípio se aplica à recolha do lixo e tratamento do mesmo, à manutenção de parques e jardins, à limpeza urbana, bem como o processo de saneamento. Todos estes são acontecimentos diários que consomem recursos (humanos e materiais) que exigem dedicação e conhecimento, e como tal devem ser valorizados por todos. Para tal, ao longo do ano, foram lançadas campanhas de divulgação dos vários trabalhos efetuados pela empresa.

Foram realizados avisos gerais à população sobre possíveis perturbações pela realização de obras, tais como cortes temporários de trânsito ou de água e posterior esclarecimento, com recurso a fotografias no local para explicar o processo envolvido nessa necessidade de corte de água. Informações e campanhas divulgadas nas redes sociais, jornais, rádio local e site institucional. Acompanhamento de eventos realizados na cidade, bem como o acompanhamento dos trabalhos realizados após o evento, nomeadamente na recolha de resíduos e pequenas reparações.

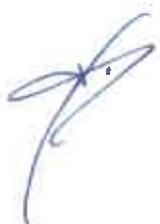
Num plano mais didático foram realizadas algumas sessões de esclarecimento sobre a água e o seu ciclo natural e urbano a diferentes graus de ensino, sempre em ambiente escolar. Deu-se também continuidade à sensibilização para a diminuição do consumo de plástico oferecendo nessas sessões, e em outras circunstâncias apropriadas, garrafas de vidro de uso diário. Presença em eventos e feiras de forma a dar a conhecer a empresa e o trabalho realizados nos últimos meses.

IX – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Águas da Covilhã pretende dar continuidade ao investimento e esforço que têm vindo a desenvolver na redução de perdas de água no sistema, tendo ultrapassado o objetivo de 63 litros Ramal/dia, definido nas metas do projeto financiado pelo POSEUR e já alcançado o valor de 54 litros Ramal/dia.

Assim, pela importância que este tema acarreta, reveste-se de especial prioridade a implementação do novo Plano de Ação para a redução do volume total de perdas na distribuição de água.

O desenvolvimento de novas campanhas de Marketing direcionadas para a valorização dos serviços prestados e reforço da notoriedade da empresa e da sua imagem junto da população, em especial do universo escolar bem como a participação em campanhas de sensibilização da população relativas ao setor de resíduos em parceria com as restantes entidades e comunidade, é também um desafio e uma necessidade de forma a transmitir com maior clareza e transparência as atividades e iniciativas em que participamos.



Assim, e apesar da atual situação de crise a nível global com a guerra na Ucrânia e do panorama socioeconómico mundial e conseqüentemente nacional, a Administração pretende dar continuidade à política de gestão iniciada em março de 2014, comprometendo-se com os seguintes objetivos para o ano de 2024:



- Continuar a garantir o normal abastecimento de água para consumo humano com a máxima qualidade e segurança, reforçando o investimento em substituição e reabilitação de reservatórios de água, instalações técnicas, condutas e ramais e dando continuidade à elaboração dos planos de segurança da água
- Investir no crescimento do número clientes nos próximos anos, com o conseqüente aumento da faturação;
- Diminuição do Prazo Médio de Recebimentos por via da otimização dos processos de cobrança;
- Diminuição do Prazo Médio de Pagamentos junto dos principais fornecedores;
- Melhoria contínua da satisfação do cliente e suas necessidades;
- Continuação do plano de substituição de contadores diminuindo assim perdas por submedição;
- Estabelecer a médio prazo os investimentos estratégicos que melhorem o desempenho funcional da empresa e representem ganhos significativos do ponto de vista operacional e económico;
- Continuar com a implementação de novos procedimentos e ferramentas informáticas com vista à desmaterialização e simplificação de processos administrativos;
- Melhorar o rigor e fiabilidade da informação dos sistemas de SIG e de Gestão Operacional;
- Economia nas aquisições de materiais com o acesso para consulta por parte das chefias das diferentes áreas, de forma a possibilitar uma gestão mais eficaz e eficiente;
- Alargar a rede de recolha de Bio-resíduos, implementando a recolha a todo o Concelho.
- Aumento da quantidade de resíduos recolhidos seletivamente, trabalhando em conjunto com a Resiestrela, na intensificação da nossa rede de Ecopontos bem como realização de campanhas de sensibilização para efeito;
- Otimização do sistema de recolha de "monstros" por forma a providenciar um serviço mais eficiente e sustentável no concelho da Covilhã;
- Otimização de rotas de recolha de RU conseqüentemente redução do consumo de combustíveis;
- Continuação da substituição da frota por veículos mais adequados;
- Dar continuidade às políticas de segurança dos dados pessoais (RGPD);
- Implementação de um novo Plano de Formação Profissional, visando o incremento da polivalência nos quadros da empresa
- Melhoramento do sistema integrado de avaliação de desempenho SIADAC;
- Continuação da renovação do parque informático:



X - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O artigo 25º dos Estatutos da ÁGUAS DA COVILHÃ, prevê a constituição de uma Reserva para Investimento e de um Fundo para fins Sociais, além da Reserva Legal.

É entendimento do Conselho de Administração que esta empresa municipal tem realizado investimentos com uma elevada taxa de execução e atribuído subsídios para fins sociais, pelo que, não se justifica a constituição destas duas reservas.

Assim, o Conselho de Administração da Águas da Covilhã propõe nos termos da alínea s) do n.º 3 do artigo 11º dos Estatutos da Águas da Covilhã a seguinte aplicação para o resultado do exercício de 2023, no montante de 150.193,16€:

- Reserva legal: 7.509,66€;
- Resultados Transitados: 142.683,50€

XI- AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todas as entidades que lhe deram o seu apoio e todos os que colaboraram na atividade desenvolvida, nomeadamente:

- Ao Executivo Camarário e aos Acionistas pela colaboração prestada;
- Aos Presidentes das Juntas de Freguesia pela ajuda na intermediação com as populações;
- Ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral e respetiva Secretária;
- Ao Fiscal Único pelo sentido de exigência e pela sua prontidão;
- A todos os colaboradores da empresa, que com o seu zelo, dedicação e competência possibilitaram a concretização dos objetivos definidos;
- A todos os concidadãos, pela confiança relativa à fiabilidade dos serviços prestados e pela compreensão perante eventuais avarias e perante o esforço de consolidação da empresa.

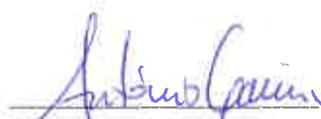
Apresentamos também os nossos agradecimentos a todos os clientes, fornecedores, trabalhadores e trabalhadoras da Águas da Covilhã pela sua competência e profissionalismo, bem como a todas entidades e parceiros que nos acompanharam e apoiaram ao longo de todo o ano, constituindo um incentivo determinante na nossa gestão.

Covilhã, 14 de março de 2024

O Conselho de Administração,



João Carlos Izidoro Marques
(Presidente do Conselho de Administração)



António Carlos Lopes Garcia
(Administrador Executivo)



Ana Margarida Pereira de Oliveira Garcia
(Administradora não Executiva)



Relatório e Contas 2023

[Handwritten signature]



DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

(alínea s) do número 3 do artigo 11º dos Estatutos da Empresa)

- A) Balanço
- B) Demonstração dos resultados
- C) Demonstração das alterações no capital próprio
- D) Demonstração dos fluxos de caixa
- E) Execução anual do plano plurianual de investimentos
- F) Anexo

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2023

Montantes expressos em EUROS (sem decimais)

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	TOTAL do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	1	€ 9 000 000	211 791	1172 142	4 024 037	708 572	184 416	€ 15 300 959		€ 15 300 959
Alterações do período:										
Outras alterações reconhecidas no CP			9 221		175 195	-20 564	-184 416	-20 564		-20 564
	2		9 221		175 195	-20 564	-184 416	-20 564		-20 564
Resultado líquido do período	3						€ 150 193	€ 150 193		€ 150 193
Resultado integral	4=2+3						-34 223	€ 129 629		€ 129 629
Operações com detentores de CP:										
Outras operações										
	5									
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	6=1+2+3+5	€ 9 000 000	221 012	1172 142	4 199 233	688 008	€ 150 193	€ 15 430 586		€ 15 430 586

Legenda:

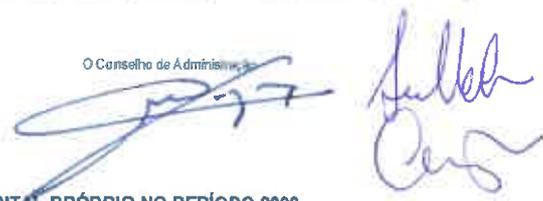
AFT = Activo Fixo Tangível

AI = Activo Intangível

CP = Capital Próprio

O Contabilista Certificado


O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2022

Montantes expressos em EUROS (sem decimais)

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	TOTAL do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	1	€ 8 000 000	207 322	1172 142	3 939 120	747 556	89 387	€ 15 155 526		€ 15 155 526
Alterações do período:										
Outras alterações reconhecidas no CP			4 469		84 916	-38 984	-89 387	-38 984		-38 984
	2		4 469		84 916	-38 984	-89 387	-38 984		-38 984
Resultado líquido do período	3						€ 184 416	€ 184 416		€ 184 416
Resultado integral	4=2+3						95 029	€ 145 432		€ 145 432
Operações com detentores de CP:										
Outras operações										
	5									
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	6=1+2+3+5	€ 9 000 000	211 791	1172 142	4 024 037	708 572	€ 184 416	€ 15 300 959		€ 15 300 959

Legenda:

AFT = Activo Fixo Tangível

AI = Activo Intangível

CP = Capital Próprio

O Contabilista Certificado


O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31 de Dezembro de 2023

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....	4.7, 21	11.700.218,67	11.460.078,41
Subsídios à exploração.....	12	1.377.347,29	713.853,63
Trabalhos para a própria entidade.....		80.774,71	87.898,76
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	13	-834.127,70	-773.446,70
Fornecimentos e serviços externos.....	22	-7.808.712,93	-7.158.949,93
Gastos com o pessoal.....	23	-3.280.703,67	-3.045.942,50
Imparidade de inventários (perdas/reversões).....	13	-1.340,89	-2.285,11
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....	14, 25	111.597,06	-203.999,39
Provisões (aumentos/reduções).....	17	20,55	-113,37
Outros rendimentos.....	26	152.121,40	329.076,35
Outros gastos.....	27	-141.543,32	-70.575,53
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.355.651,17	1.335.594,62
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	24	-1.032.006,47	-1.017.175,01
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		323.644,70	318.419,61
Juros e rendimentos similares obtidos.....	28	18.385,27	14.575,86
Juros e gastos similares suportados.....	28	-144.696,30	-78.130,54
Resultado antes de impostos		197.333,67	254.864,93
Imposto sobre o rendimento do período.....	4.8, 11	-47.140,51	-70.448,89
Resultado líquido do período		150.193,16	184.416,04

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

31 de Dezembro de 2023

(Método Directo)

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		12 572 414,93	12 361 858,06
Pagamentos a Fornecedores		-7 868 139,94	-8 224 527,88
Pagamentos ao Pessoal		-3 087 521,21	-2 850 757,85
Caixa gerada pelas operações		1 616 753,78	1 286 572,33
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		-90 376,41	-20 019,65
Outros recebimentos/pagamentos		-74 363,40	-76 070,49
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1 452 013,97	1 190 482,19
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Activos fixos tangíveis		-290 573,82	-227 060,83
Activos intangíveis			-11 365,20
Recebimentos provenientes de :			
Activos fixos tangíveis		3 926,64	15 608,00
Subsídios ao investimento	30	20 107,54	11 386,74
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-266 539,64	-211 431,29
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos	18	-1 026 094,45	-1 585 698,84
Juros e gastos similares		-38 291,99	-38 476,91
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-1 064 386,44	-1 624 175,75
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		121 087,89	-645 124,85
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	538 434,10	1 183 558,95
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	659 521,99	538 434,10
Variação de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		121 087,89	-645 124,85

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



EXECUÇÃO ANUAL DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

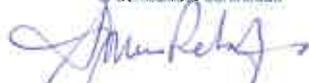
31 de Dezembro de 2023

Montantes expressos em EURO

INVESTIMENTOS	EXECUÇÃO ANUAL			
	Previsto	Realizado	Desvios	Execução Financeira %
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
REDES	246 447,00	178 426,72	68 021,28	72%
Abastecimento de água - Remodelação / Substituição	246 447,00	145 252,03	101 194,97	59%
Águas Residuais - Remodelação / Substituição		33 173,69	-33 173,69	0%
CONSTRUÇÃO CIVIL	30 000,00	65 701,20	-35 701,20	219%
Reservatórios		48 031,73	-48 031,73	0%
Outros trabalhos de construção civil	30 000,00	17 669,47	12 330,53	59%
EQUIPAMENTOS	320 706,00	193 665,39	127 040,61	60%
Reservatórios	25 800,00		25 800,00	0%
EE Saneamento		16 278,90	-16 278,90	0%
Contadores	61 200,00	92 423,12	-31 223,12	151%
Descarregadores de tempestade	7 500,00		7 500,00	0%
Telegestão	4 000,00	8 622,56	-4 622,56	216%
Caudalímetros	15 000,00	5 087,22	9 912,78	34%
Equipamento RSU	59 106,00	39 418,43	19 687,57	67%
Eficiência energética	70 000,00	7 396,71	62 603,29	11%
Outros (Água)	4 500,00	15 326,39	-10 826,39	341%
Outros (P. Jardins)	6 000,00	9 112,06	-3 112,06	152%
Outros (Bombas e Motores)	67 600,00		67 600,00	0%
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS - OUTROS	561 500,00	233 656,75	327 843,25	42%
Comunicação	6 000,00		6 000,00	0%
Equipamento de transporte	548 000,00	217 102,00	330 898,00	40%
Equipamento informático		11 609,30	-11 609,30	0%
Outros investimentos diversos	7 500,00	4 945,45	2 554,55	66%
ACTIVOS INTANGÍVEIS				
ACTIVOS INTANGÍVEIS - OUTROS	35 000,00	7 550,00	27 450,00	22%
Programas de computador (engloba SIC)	35 000,00	7 550,00	27 450,00	22%
Total dos Investimentos	1 193 653,00	678 999,06	514 653,94	57%

Sector de Actividade	Previsto	Realizado	Desvios	Execução Financeira %
Total do Sector da Água	386 947,00	332 412,52	54 534,48	86%
Total do Sector do Saneamento	7 500,00	49 452,59	-41 952,59	659%
Total do Sector dos Resíduos Sólidos	59 106,00	39 418,43	19 687,57	67%
Total do Sector dos Parques e Jardins	6 000,00	9 112,06	-3 112,06	152%
Total dos Diversos	734 100,00	248 603,46	485 496,54	34%
Total Geral	1 193 653,00	678 999,06	514 653,94	57%

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração






SETOR DA ÁGUA

No setor da água, a taxa de execução no ano de 2023, foi de 86 %, derivada do investimento efetuado nas ampliações/remodelações das redes de água em diversos locais do concelho, no investimento em contadores de água, caudalímetros, equipamento de telegestão, apostando assim, na continuidade da aquisição e renovação destes bens e equipamentos no concelho, reforçando desta forma, o objetivo primordial de melhorar a qualidade da água que chega a cada consumidor.

SETOR DO SANEAMENTO

No setor do saneamento, verificou-se um investimento superior ao orçamentado. Foram realizadas ampliações das redes de esgotos, em diversas freguesias do concelho, e adquiridos equipamentos para as estações elevatórias de águas residuais.

SETOR DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

No setor dos resíduos sólidos, verificou-se uma taxa de execução de 67 %, resultando do investimento em equipamentos de RU's, por forma a melhorar a recolha destes resíduos na cidade da Covilhã.

SETOR DOS PARQUES E JARDINS

Neste setor, verificou-se uma taxa de execução acima do orçamentado, devido ao investimento em equipamentos e beneficiação dos espaços verdes no concelho.

DIVERSOS INVESTIMENTOS

Nos outros investimentos, houve investimento em máquinas e equipamentos para os vários setores de atividade da empresa, e, na aposta da empresa na renovação dos meios informáticos (computadores e programas), para a área administrativa e operativa, visando uma maior eficácia e eficiência nos procedimentos operacionais.

Globalmente, verificou-se uma taxa de execução de 57 %, no presente exercício, evidenciando o esforço, empenho e aposta da administração, e da empresa, na melhoria gradual das prestações de serviços e consequente bem-estar geral da população do concelho da Covilhã.

ANEXO

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023⁴:

- 1 Nota introdutória e Identificação da Entidade
- 2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
- 3 Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF")
- 4 Principais políticas contabilísticas
- 5 Fluxos de caixa
- 6 Alterações de políticas contabilísticas e correções de erros
- 7 Partes relacionadas
- 8 Investimentos financeiros
- 9 Ativos fixos tangíveis
- 10 Ativos intangíveis
- 11 Impostos sobre o rendimento
- 12 Subsídios à exploração
- 13 Inventários
- 14 Ativos financeiros
- 15 Diferimentos ativos
- 16 Instrumentos de capital próprio
- 17 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- 18 Passivos financeiros
- 19 Adiantamentos de clientes, a fornecedores e outras contas a pagar
- 20 Estado e outros entes públicos
- 21 Rédito
- 22 Fornecimentos e serviços externos
- 23 Gastos com o pessoal
- 24 Amortizações e Depreciações
- 25 Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)
- 26 Outros rendimentos

⁴ [Montantes expressos em Euros]

- 27 Outros gastos
- 28 Juros e outros gastos e rendimentos similares
- 29 Divulgações exigidas por diplomas legais
- 30 Subsídios do governo e apoios do governo
- 31 Garantias
- 32 Eventos subsequentes
- 33 Informação adicional guerra na europa
- 34 Aprovação das demonstrações financeiras



1. NOTA INTRODUTÓRIA

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 14 de março de 2024. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia-Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada, as operações da ADC Águas da Covilhã, E.M., bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

A ADC Águas da Covilhã, E.M., é controlada em 51% do seu capital subscrito, pela entidade ICOVI - Infraestruturas da Covilhã, E.M., [detida em 100% pelo Município da Covilhã], com sede social na Avenida Viriato, nº 194, 6200-722 Tortosendo, com número contribuinte 508.282.322, e em 49% do seu capital subscrito, pela entidade WATER VALUE - Serviços Ambientais, S.A., com sede social na Rua Senhora da Estrela, nº 20, 6200-454 Boidobra, com número de contribuinte 508.380.081. As demonstrações financeiras da Águas da Covilhã são integradas nas demonstrações financeiras consolidadas dos sócios.

O exercício económico da ADC Águas da Covilhã, E.M. decorre entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2023.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou outras situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NORMAS CONTABILÍSTICAS E DE RELATO FINANCEIRO ("NCRF")

A ADC Águas da Covilhã, E.M., adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") pela primeira vez em 2010, aplicando, para o efeito, a NCRF 3 - Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados.



A data de transição é 1 de janeiro de 2009, e a Empresa preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF 3.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

4.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, e atendendo aos pressupostos constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC, e ao disposto no Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. A Administração concluiu, desta forma, que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as suas atividades, não havendo intenção de cessar as mesmas no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, o valor presente da estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados pelo método do custo, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu custo deduzido de amortizações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, ou também designado método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os bens foram objeto de depreciação às taxas mínimas permitidas, agora pelo DR 25/2009 de 14 de setembro, em substituição do anterior DR 12/1990 de 12 de janeiro, conforme deliberação do Conselho de Administração de 27 de dezembro de 2006, o que se traduz nas seguintes vidas úteis médias:

Vida Útil

SNC	Anos
Edifícios e outras construções	20 - 50
Equipamento básico	6 - 50
Equipamento de transporte	8 - 16
Equipamento administrativo	6 - 16
Outros activos tangíveis	6 - 20

Tabela 1 Vida útil ativos tangíveis

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

4.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para o desenvolvimento dos mesmos, deduzido das correspondentes amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis são constituídos por programas de computador, direitos de passagem e licenças, e publicidade, e encontram-se registados pelo método do custo, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu custo deduzido de amortizações e de perdas por imparidade acumuladas, os quais são amortizados pelo método das quotas constantes. Não é considerada qualquer quantia residual.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:



Vida Útil

SNC	Anos
Programas de computador	3 - 6
Licenças	3 - 6
Publicidade	6

Tabela 2 Vida útil ativos intangíveis

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados), com vida útil indefinida, são amortizados durante um período de 10 anos. Deixam de estar sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou menor, sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade. Estes ativos intangíveis passam desta forma, a seguir o regime previsto na NCRF 12 - Imparidade de Ativos.

4.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Sempre que tal se justifique, é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A

reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.5 Inventários

Os inventários (mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo), encontram-se registados ao menor de entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados "Perdas por imparidade em inventários" e "Reversões de ajustamentos em inventários".

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

4.6 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados. Os principais indicadores de imparidade a considerar são a antiguidade de saldos em dívida, e, por vezes, a dificuldade de cobrança.

O modelo de imparidade dos saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros adotado pela Empresa respeita os critérios fiscais em vigor.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e outros depósitos bancários vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são incluídas a deduzir à rubrica de financiamentos obtidos.

d) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato. As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

e) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

f) Fornecedores, outras dívidas a terceiros e outros passivos financeiros

Os saldos de fornecedores, de outras dívidas a terceiros e de outros passivos financeiros, são registados ao custo ou ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

4.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;

A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;

O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;

Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;

Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente de royalties é reconhecido segundo o regime do acréscimo de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito da Empresa a receber o correspondente montante.

4.8 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

4.9 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado e é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.10 Benefícios pós-emprego

As contribuições da Empresa para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, ou seja, quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Empresa, respeitando o disposto na NCRF 28 – Benefícios dos Empregados.

4.11 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos, determinados de acordo com o método do juro efetivo, são reconhecidos como gasto à medida que são incorridos.

4.12 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

5. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui-se o numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022 detalha-se conforme se segue:

Fluxos de Caixa

SNC	2023	2022
11/12 Numerário	4 979,76 €	4 785,92 €
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	654 542,23 €	533 648,18 €
Total	659 521,99 €	538 434,10 €

Tabela 3 Fluxos de caixa

6. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS

Adoção inicial de novas normas ou de normas revistas

As seguintes normas e interpretações novas ou revistas, foram adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, tendo afetado os montantes relatados nas respetivas demonstrações financeiras.

Alteração em políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior.

7. PARTES RELACIONADAS

O capital subscrito da ADC Águas da Covilhã, E.M. no valor de 9.000.000€, é detido em 51% pela entidade ICOVI – Infraestruturas da Covilhã, E.M. (detida em 100% pelo Município da Covilhã), com sede social no Tortosendo - Covilhã, com número contribuinte 508.282.322, e, em 49%, pela entidade WATER VALUE- Serviços Ambientais, S.A., com sede social na Boidobra - Covilhã, com número de contribuinte 508.380.081.

Acionistas

SNC	Percentagem de Capital	2023
51 ICOVI, EEM./Município da Covilhã	51,00%	4 590 000,00 €
Water Value, SA	49,00%	4 410 000,00 €
Total	100,00%	9 000 000,00 €

Tabela 4 Acionistas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro 2022, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Partes relacionadas

SNC	2023	2022
ICOVI, EEM		
Vendas e/ou prestações de serviços	1 030,04 €	1 075,07 €
Outros Rendimentos	22 939,92 €	22 939,92 €
Compras e Aquisições de Serviços	918 231,37 €	919 056,89 €
Water Value, S.A.		
Compras e Aquisições de Serviços	453 645,30 €	458 403,15 €
Juros de Suprimentos	107 599,98 €	38 340,00 €
Município da Covilhã		
Vendas e/ou prestações de serviços	263 692,03 €	188 227,76 €
Compras e Aquisições de Serviços	28 343,60 €	31 681,96 €
AdS - Águas da Serra, S.A.		
Vendas e/ou prestações de serviços	17 075,46 €	14 482,04 €
Compras e Aquisições de Serviços	3 997 548,59 €	3 692 438,99 €

Partes relacionadas

SNC	2023	2022
ICOVI, EEM		
Clientes	37 717,48 €	9 426,93 €
Outras Contas a Pagar	481 588,14 €	416 750,84 €
Water Value, S.A.		
Outras Contas a Pagar	7 011 932,45 €	6 450 686,47 €
Financiamentos obtidos	2 000 000,00 €	2 000 000,00 €
Município da Covilhã		
Clientes	84 161,95 €	-
Outras Contas a Receber	8 693 558,00 €	7 997 889,00 €
Subsídios à Exploração	1 367 386,00 €	695 669,00 €
AdS - Águas da Serra, S.A.		
Outras Contas a Receber	2 145 000,00 €	2 145 000,00 €
Outras Contas a Pagar	4 813 244,72 €	3 187 669,29 €

Tabela 5 Partes relacionadas

8. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo de capitalização individual, financiado pelas entidades empregadoras através das contribuições mensais, tendo como finalidade o pagamento até 50% do valor da compensação que os trabalhadores abrangidos venham a ter direito.

Pode ser acionado pela entidade empregadora como forma de auxílio ao pagamento da compensação. Aquando da cessação do contrato de trabalho, em que não haja lugar ao pagamento de qualquer compensação, a entidade empregadora será reembolsada das contribuições efetuadas respeitantes ao trabalhador, valorizadas de um eventual ganho que o fundo tenha gerado.

A adesão tornou-se obrigatória para os contratos de trabalho celebrados a partir de 1 de outubro de 2013, mantendo-se até à data.

Os movimentos a 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram os seguintes:

Investimentos Financeiros

SNC	2023	2022
41 FCT (Fundo Compensação Trabalho)	36 314,80 €	34 996,38 €
Total	36 314,80 €	34 996,38 €

Tabela 6 Investimentos financeiros



9. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

SNC	2023	2022
43 Terrenos e Recursos Naturais		
Saldo inicial	147 080,00 €	147 080,00 €
Saldo final	147 080,00 €	147 080,00 €
Edifícios e outras construções		
Saldo inicial	26 811 561,82 €	26 569 322,64 €
Transferências	253 422,10 €	242 239,18 €
Saldo final	27 064 983,92 €	26 811 561,82 €
Equipamento básico		
Saldo inicial	2 010 442,83 €	2 097 061,11 €
Aquisições	167 187,17 €	68 517,35 €
Abates	0,00 €	-155 135,63 €
Saldo final	2 177 630,00 €	2 010 442,83 €
Equipamento de transporte		
Saldo inicial	1 486 797,14 €	1 505 739,15 €
Aquisições	217 102,00 €	0,00 €
Abates	-43 320,60 €	-18 942,01 €
Saldo final	1 660 578,54 €	1 486 797,14 €
Equipamento administrativo		
Saldo inicial	295 375,53 €	315 890,09 €
Aquisições	15 369,30 €	16 254,67 €
Abates	-661,67 €	-36 769,23 €
Saldo final	310 083,16 €	295 375,53 €
Outros ativos tangíveis		
Saldo inicial	360 886,23 €	336 878,01 €
Aquisições	25 918,75 €	25 984,29 €
Abates	0,00 €	-1 976,07 €
Saldo final	386 804,98 €	360 886,23 €
Ativos fixos tangíveis em curso		
Saldo inicial	0,00 €	32 363,68 €
Aquisições	253 422,10 €	209 875,50 €
Transferências	-253 422,10 €	-242 239,18 €
Saldo final	0,00 €	0,00 €
Total	31 747 160,60 €	31 112 143,55 €

Tabela 7 Ativos fixos tangíveis

Depreciações acumuladas e perdas por imparidade

SNC	2023	2022
438 Edifícios e outras construções		
Saldo inicial	12 358 346,25 €	11 549 386,33 €
Depreciações do exercício	815 953,42 €	808 959,92 €
Saldo final	13 174 299,67 €	12 358 346,25 €
 Equipamento básico		
Saldo inicial	1 445 953,89 €	1 523 014,17 €
Depreciações do exercício	69 213,12 €	67 816,55 €
Abates	0,00 €	-144 876,83 €
Saldo final	1 515 167,01 €	1 445 953,89 €
 Equipamento de transporte		
Saldo inicial	1 181 163,68 €	1 114 469,58 €
Depreciações do exercício	81 153,17 €	80 994,19 €
Abates	-43 320,60 €	-14 300,09 €
Saldo final	1 218 996,25 €	1 181 163,68 €
 Equipamento administrativo		
Saldo inicial	262 395,72 €	289 750,27 €
Depreciações do exercício	10 540,45 €	9 400,23 €
Abates	-661,67 €	-36 754,78 €
Saldo final	272 274,50 €	262 395,72 €
 Outros ativos tangíveis		
Saldo inicial	255 096,17 €	239 890,07 €
Depreciações do exercício	22 134,14 €	17 182,17 €
Abates	0,00 €	-1 976,07 €
Saldo final	277 230,31 €	255 096,17 €
Total	16 457 967,74 €	15 502 955,71 €

Tabela 8 Depreciações acumuladas e perdas por imparidade

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes ou também designadas de linha reta, sendo calculadas as suas amortizações e depreciações, com base nas seguintes vidas úteis estimadas:



Vida Útil

SNC	Anos
Edifícios e outras construções	20 - 50
Equipamento básico	6 - 50
Equipamento de transporte	8 - 16
Equipamento administrativo	6 - 16
Outros activos tangíveis	6 - 20

As depreciações do exercício 2023 dos ativos fixos tangíveis foram no montante de 998.994,30€ [984.353,06€ em 2022].

10. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

Ativos Intangíveis

SNC	2023	2022
443 Programas de computador		
Saldo inicial	312 035,35 €	302 795,35 €
Aquisições	-	9 240,00 €
Abates	-	-
Saldo final	312 035,35 €	312 035,35 €
444 Propriedade industrial		
Saldo inicial	19 293,62 €	19 293,62 €
Saldo final	19 293,62 €	19 293,62 €
446 Outros		
Saldo inicial	7 500,00 €	4 462,50 €
Aquisições	-	3 037,50 €
Saldo final	7 500,00 €	7 500,00 €
Total	338 828,97 €	338 828,97 €

Tabela 9 Ativos intangíveis

Amortizações acumuladas e perdas por imparidade

SNC	2023	2022
4484 Programas de computador		
Saldo inicial	218 934,54 €	187 427,99 €
Amortizações do exercício	31 762,22 €	31 506,55 €
Abates	-	-
Saldo final	250 696,76 €	218 934,54 €
4483 Propriedade industrial		
Saldo inicial	19 293,61 €	19 228,16 €
Amortizações do exercício	-	65,45 €
Saldo final	19 293,61 €	19 293,61 €
4486 Outros		
Saldo inicial	1 745,76 €	495,81 €
Amortizações do exercício	1 249,95 €	1 249,95 €
Saldo final	2 995,71 €	1 745,76 €
Total	272 986,08 €	239 973,91 €

Tabela 10 Amortizações acumuladas e perdas por imparidade

As amortizações do exercício 2023, relativas aos ativos intangíveis, foram no montante de 33.012,17€ (32.821,95€ em 2022).

Os ativos intangíveis com vida útil finita apresentam, para o cálculo das respetivas amortizações e depreciações, as seguintes vidas úteis estimadas:

Vida Útil

SNC	Anos
Programas de computador	3 - 6
Licenças	3 - 6
Publicidade	6

11. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são

alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2020 a 2023 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Com o OE de 2012, foi abolido o regime da interioridade, passando a taxa de IRC de 15% para 25%, nos anos de 2012 e 2013.

Em 2014 é reduzida a taxa do IRC para 23%, e em 2015, para 21%, de acordo com o estipulado no art.º 87.º da Reforma do IRC – Decreto n.º 195/XII, alterando desta forma, o Código do IRC aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88 de 30 de novembro.

De igual modo, a dedução dos prejuízos fiscais de exercícios anteriores, que estava limitada a 75%, em 2013, do valor da coleta apurada, passou para 70% em 2014, 2015, 2016 e 2017, de acordo com o n.º 2 do artigo 52.º da reforma do IRC referida anteriormente. Esta situação teve impacto no cálculo do imposto, nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017.

O Conselho de Administração considera relevante evidenciar a seguinte situação: em 22-11-2017, a Autoridade Tributária emitiu uma liquidação adicional de IRC do período de 2016, em virtude de considerar que a empresa não tem direito a deduzir os prejuízos fiscais do ano 2009 no montante de 848.884,11€, em virtude da revogação dos benefícios fiscais à interioridade constante do ex-artigo 43.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, revogado em 2011.

A empresa efetuou o pagamento da liquidação adicional em 04-01-2019, no valor de 182.631,36€, e apresentou a reclamação graciosa onde conclui que deve ser anulada a liquidação n.º 2017 2310474052, pois a entidade mantém o direito à dedução dos prejuízos fiscais durante 7 anos mesmo após a revogação do benefício fiscal à interioridade, dado que o direito ao reporte foi constituído em data anterior à revogação do benefício.

Considerando que a empresa tem direito à dedução dos prejuízos fiscais, e que irá receber o valor pago, este foi considerado a débito da rubrica Estado e Outros Entes Públicos na data do pagamento.

Perante o exposto, o Conselho de Administração entendeu considerar no apuramento do imposto sobre o rendimento, referente ao ano de 2017, os prejuízos fiscais de 2010, no valor de 370.511,69€.

Decorrente desta situação, e após entrega da declaração de rendimentos de 2017, veio a autoridade tributária, corrigir o apuramento do imposto, não aceitando os prejuízos fiscais atrás referidos, enviando uma liquidação adicional que a empresa pagou em 04-09-2019, no valor de 81.666,56€. Este valor foi, à semelhança do acréscimo de IRC 2016, considerado a débito da rubrica Estado e Outros Entes Públicos, por ser convicção da empresa de que o valor será para receber.

Entende a empresa que tem razão no que diz respeito à dedução dos prejuízos fiscais de 2016 e 2017, pelo que decidiu, dar seguimento aos procedimentos de impugnação dos respetivos atos tributários, estando a aguardar, neste momento, o decorrer dos processos.

12. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a rubrica "Subsídios à exploração" apresentava a seguinte composição:

Subsídios à Exploração

SNC	2023	2022
75 Contratos Programa	1 367 386,00 €	695 669,00 €
Inst. Emprego e Formação Profissional	5 498,01 €	9 722,97 €
Fundo Ambiental	4 463,28 €	8 461,66 €
	1 377 347,29 €	713 853,63 €

Tabela 11 Subsídios à exploração

13. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

Inventários

SNC	2023	2022
33 Matérias-primas		
Matérias-primas de água	210 820,63 €	207 312,10 €
Matérias-primas de eletricidade	6 380,48 €	5 979,28 €
Matérias-primas de saneamento	52 656,33 €	43 371,06 €
Matérias-primas de serralharia	1 165,02 €	1 289,92 €
Matérias-primas de parques e jardins	72 256,13 €	70 200,16 €
Matérias-primas de resíduos sólidos	118 369,06 €	90 757,63 €
Matérias subsidiárias		
Matérias subsidiárias	4 213,50 €	3 943,16 €
Combustíveis e lubrificantes	2 639,06 €	8 436,62 €
Materiais diversos		
Materiais de consumo	37 512,70 €	30 201,60 €
Economato - material de escritório	7 641,02 €	7 059,47 €
Economato - material de limpeza	3 888,54 €	3 908,41 €
EPI's (Eq. Proteção e Vestuário)	15 686,60 €	18 776,99 €
Perdas por imparidade acumuladas	-44 144,39 €	-42 803,50 €
Total	489 084,68 €	448 432,90 €

Tabela 12 Inventários

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, que incluem, o preço de compra, impostos não dedutíveis, custos de transporte e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de bens e materiais, deduzidos dos descontos comerciais, é detalhado conforme se segue:

SNC		2023	2022
61	CMVMC		
	Mercadorias		
	Compras	539 468,70 €	525 442,27 €
	Subtotal	539 468,70 €	525 442,27 €
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		
	Saldo inicial	491 236,40 €	513 233,54 €
	Compras	587 367,10 €	462 996,19 €
	Regularizações	-250 715,43 €	-236 988,90 €
	Saldo final	-533 229,07 €	-491 236,40 €
	Subtotal	294 659,00 €	248 004,43 €
	Total	834 127,70 €	773 446,70 €

Tabela 13 CMVMC

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é detalhada conforme se segue:

SNC		2023	2022
339	Saldo inicial	42 803,50 €	40 518,39 €
	Aumentos	1 340,89 €	2 285,11 €
	Saldo final	44 144,39 €	42 803,50 €

Tabela 14 Perdas por imparidade

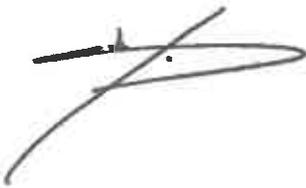
No ano de 2010, com a introdução da NCRF 18 – Inventários, esta norma veio preconizar que os ativos que constituíam a rubrica de inventários deviam ser expressos em Balanço pela quantia mais baixa entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. Nessa situação a norma exigia o reconhecimento de um ajustamento (Imparidade) à quantia previamente escriturada.

Em 2023, a empresa manteve o critério do reconhecimento de um ajustamento (imparidade), para os materiais que não têm movimento. Para estes, a empresa considera que não têm qualquer valor de mercado, sendo por isso, o seu valor realizável líquido igual a zero.

14. ATIVOS FINANCEIROS

Cientes e outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, as rubricas de clientes e outros créditos a receber da Empresa, apresentavam a seguinte composição:


Cientes

SNC	2023	2022
21 Cientes		
Clientes conta corrente	2 348 512,64 €	2 165 538,60 €
Clientes de cobrança duvidosa	766 930,29 €	1 161 478,67 €
Imparidade acumulada	-766 930,29 €	-1 161 478,67 €
Total	2 348 512,64 €	2 165 538,60 €

**Outros créditos a receber**

SNC	2023	2022
272/278 Outros créditos a receber	12 689 042,51 €	11 313 630,40 €
228 Adiantamentos a fornecedores	77 799,87 €	72 349,74 €
Total	12 766 842,38 €	11 385 980,14 €

Tabela 15 Clientes e outros créditos a receber

No saldo de clientes está incluída a dívida da PT - Data Center, no valor de 498.380,07€. O processo de cobrança desta cliente, está, neste momento, entregue aos nossos serviços jurídicos e em reclamação judicial.

Não se tratando da prestação de um serviço essencial (mas sim o fornecimento de água não tratada para rega e refrigeração) mas a da prestação de um serviço, sujeito a um preço e não a uma tarifa, não se aplica a preconizada prescrição dos seis meses.

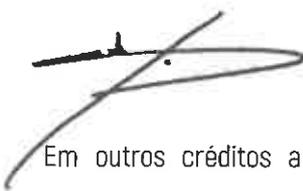
De referir que existe um protocolo celebrado entre esta cliente e o município, em que o município assume a responsabilidade pelos custos do fornecimento deste tipo de serviço.

Presumimos que a PT deverá requerer a intervenção da CMC no processo, pelo que, desta forma, a dívida será recuperável, quer seja por via direta, através da cobrança junto da cliente, ou por intermédio da CMC.

Também nesta rubrica é de referir que, relativamente ao processo iniciado em 2022 da reclamação judicial da dívida da cliente Fitecom - Comercialização Industrialização Têxtil, SA. e em sede da audiência prévia em Tribunal no dia 23 de junho de 2023, foi homologado um acordo entre a Águas da Covilhã e a Fitecom. Este documento teve por base as normas regulamentares, bem como as condições operacionais nessa data, para o período posterior a junho de 2023, com efeitos retroativos a novembro de 2021, que incluía um ajuste do preço e do volume faturado.

Assim, a Águas da Covilhã procedeu à reemissão das faturas. Esta reemissão foi consubstanciada através de uma nota de crédito e emissão de duas novas faturas, com as quantidades e preços ajustados.

Uma vez que esta empresa municipal tinha contabilizado perdas por imparidade acumuladas, com base na mora, para a dívida da Fitecom, procedeu à sua anulação.



Em outros créditos a receber estão contabilizados 10.060.944,00€, ainda não aprovados pela AMC, respeitantes aos contratos programa:

- i) incluídos nos instrumentos previsionais e previstos no acordo parassocial no montante de 9.393 milhares de Euros referentes aos anos de 2010 e 2012 a 2023.
- ii) subsídio para manutenção do tarifário em 2023 no montante de 668.224 euros.

Importa referir que como previsto nos termos desses instrumentos previsionais e no acordo parassocial, os valores apurados, serão avaliados e atualizados em face dos valores reais.

Desta forma reconhecemos que existe incerteza quanto ao valor total a receber, o qual poderá estar sujeito a reajustes, com base em cálculo a apurar nos termos previstos nos instrumentos previsionais e no acordo parassocial, dado que o valor total foi formado considerando a estimativa orçamental dos gastos que lhes estão associados.

Entendemos que estão assumidas as responsabilidades por parte do Município da Covilhã, mas será necessário instar o Município da Covilhã, à constituição de um Tribunal Arbitral que garanta a necessária celeridade da resolução da situação.

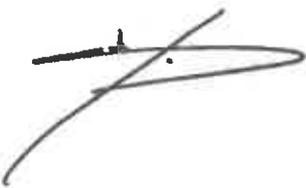


SNC	2023	2022
228 Adiantamentos a fornecedores:		
Adiantamentos a fornecedores	77.799,89 €	72.349,74 €
	<u>77.799,89 €</u>	<u>72.349,74 €</u>
2721 Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Acréscimos faturação de água	469.800,51 €	460.409,45 €
Município da Covilhã - Contratos de Gestão	10.060.944,00 €	8.693.558,00 €
Prestação de Contrato	2.145.000,00 €	2.145.000,00 €
Outros	389,62 €	109,00 €
	<u>12.676.134,13 €</u>	<u>11.299.076,45 €</u>
278 Outros devedores:		
Outros	12.908,38 €	14.553,95 €
	<u>12.908,38 €</u>	<u>14.553,95 €</u>
Total	12.766.842,40 €	11.385.980,14 €

Tabela 16 Outros créditos a receber

15. DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 as rubricas do ativo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:



Diferimentos Ativos

SNC	2023	2022
28 Seguros	12 171,69 €	13 729,94 €
Trabalhos especializados	20 122,61 €	11 227,70 €
Livros e documentação técnica	113,21 €	113,21 €
Rendas e alugueres	451,48 €	451,44 €
Eletricidade	-	3 664,75 €
Rendimentos a reconhecer	801,08 €	883,89 €
Total	33 660,07 €	30 070,93 €

Tabela 17 Diferimentos ativos

16. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2023, o valor do capital subscrito da ADC Águas da Covilhã, E.M., era de 9.000.000,00€, sendo 51% deste valor pertencente à Entidade Pública Participante, ICOVI – Infraestruturas da Covilhã, E.M. (detida em 100% pelo Município da Covilhã), e os restantes 49% pertencentes à Entidade Privada Participante, WATER VALUE – Serviços Ambientais, SA.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as outras reservas apresentavam o montante de 1.172.141,82€, resultantes da reserva criada aquando da cisão simples, da ADC Águas da Covilhã, E.M. para a ICOVI – Infraestruturas da Covilhã, E.M..

Irá ser criada, com base no resultado líquido obtido no final do exercício de 2023, uma reserva legal, de acordo com a legislação em vigor, e, deliberação do conselho de administração, no montante de 7.509,66€.

17. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A evolução das provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é detalhada conforme se segue:

Provisões

SNC	2023	2022
29 Outras provisões:		
Saldo inicial	3 719,70 €	3 606,33 €
Aumentos	-	113,37 €
Reversões	-20,55 €	-
Saldo final	3 699,15 €	3 719,70 €
Total	3 699,15 €	3 719,70 €

Tabela 18 Provisões

Tabela 18 Provisões

O valor de 3.699,15€ a 31 de dezembro de 2023 diz respeito a outras provisões [3.719,70€ em 2022].

18. PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 as rubricas de "Fornecedores" apresentavam a seguinte composição:

SNC		2023	2022
221	Fornecedores d/c	6 042 264,04 €	4 062 336,02 €
225	Fornecedores com faturas em conferência	909 192,04 €	912 872,07 €
Total		6 951 456,08 €	4 975 208,09 €

Tabela 19 Fornecedores

Financiamentos obtidos

O saldo dos financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, são detalhados conforme se segue:

Financiamentos obtidos

SNC		2023	2022
251	Instituições financeiras:		
	Empréstimos bancários a ML prazo		
	Corrente	47 935,41 €	1 065 261,14 €
	Não Corrente	335 999,84 €	370 070,43 €
		383 935,25 €	1 435 331,57 €
253	Outras entidades:		
	Water Value - Serviços Ambientais, SA	2 000 000,00 €	2 000 000,00 €
		2 000 000,00 €	2 000 000,00 €
Total		2 383 935,25 €	3 435 331,57 €

Financiamentos obtidos

SNC		2023	2022
251/253	Financiamentos obtidos		
	Corrente	€ 47 935,41	€ 1 065 261,14
	Não Corrente	€ 2 335 999,84	€ 2 370 070,43
		€ 2 383 935,25	€ 3 435 331,57

Tabela 20 Financiamentos obtidos

O valor de 2.335.999,84€ apresentado como passivo não corrente, inclui 2.000.000€ respeitantes aos suprimentos da WATER VALUE – Serviços Ambientais, SA. efetuado aquando da aquisição dos 49% do capital social desta empresa, e 335.999,84€ relativo à contratação de um empréstimo bancário de médio prazo, contraído com o Millennium BCP, no valor de 600.000€, deduzido de 2.233€ por via da contabilização ao custo amortizado.

O montante de 47.935,41€ apresentado como passivo corrente, respeita às amortizações a pagar durante o ano de 2023, relativo ao empréstimo bancário contraído com o Millennium BCP.

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES, A FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A rubrica "Outras dívidas a pagar" apresentava em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, os seguintes valores:

Outras Dívidas a Pagar

SNC	2023	2022
2722 Credores por acréscimos de gastos:		
Esimativa de Férias e Subsídio de Férias	386 486,53 €	361 016,93 €
Juros a liquidar	107 599,98 €	207 921,69 €
Assistência técnica de gestão	2 145 000,00 €	2 145 000,00 €
Outros	3 688 824,13 €	3 246 983,78 €
	6 327 910,64 €	5 960 922,40 €
Outras dívidas a pagar:		
2711/278 Outros credores	591 785,66 €	434 438,03 €
	591 785,66 €	434 438,03 €
Total	6 919 696,30 €	6 395 360,43 €

Tabela 21 Outras dívidas a pagar

Ao longo dos anos foram acrescidos gastos com consultoria e assessoria que ascendem a 5.792.640,77 euros, dos quais 2.145.000,00 euros a serem compensados com acréscimos de rendimentos de igual montante atribuídos pelo Município da Covilhã à ADC. Até à data ainda não foi emitida documentação de suporte adequada à regularização daqueles montantes e a mesma está pendente do acordo dos sócios.

20. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

À data do relato, não existiam dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos, e em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

SNC	2023		2022	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito
24 Estado e Outros Entes Públicos				
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Imposto a recuperar/pagar	280 729,30 €		266 132,81 €	-31 733,89 €
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		-16 687,94 €		-16 830,51 €
Imposto sobre o valor acrescentado	36 408,07 €		15 112,23 €	-12 026,64 €
Contribuições para a Segurança Social		-55 938,97 €		-57 143,80 €
Outros impostos		-244 108,51 €		-364 427,77 €
Total	317 137,37 €	-316 735,42 €	281 245,04 €	-482 162,61 €

Tabela 22 Estado e outros entes públicos

Do valor de 317.137,37€ apresentado no ativo do Balanço, 264.297,92€ respeitam ao IRC (182.631,36€ do IRC 2016 e 81.666,56€ do IRC 2017), por correção pela autoridade tributária, da dedução dos prejuízos fiscais do ano de 2009 e 2010 respetivamente, efetuados pela ADC Águas da Covilhã, EM, tendo sido já apresentada impugnação do ato tributário.

21. RÉDITO

A gestão e operacionalidade da ADC Águas da Covilhã, E.M., estão estruturadas em três áreas de negócio, designadamente, Água, Saneamento e Resíduos Sólidos, obtendo ainda esta empresa, réditos relacionados com outras prestações de serviços não especificadas.

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, o rédito reconhecido pela Empresa, é detalhado conforme se segue:

SNC	2023	2022	Variação %
71 Vendas:			
Água	2 600 548,56 €	2 568 863,67 €	1,23%
Descontos e Abatimentos	-6 666,17 €	-7 004,98 €	4,84%
72 Prestações de Serviços			
Água	2 716 437,03 €	2 492 769,29 €	8,97%
Saneamento	4 523 830,53 €	4 516 128,94 €	0,17%
Resíduos Sólidos	1 825 535,24 €	1 780 462,72 €	2,53%
Serviços Diversos Prestados	169 203,31 €	7 361,57 €	2198,47%
Descontos e Abatimentos	-252 008,32 €	-22 776,77 €	-1006,43%
Outras Prestações de Serviços	123 338,49 €	124 273,97 €	-0,75%
Total	11 700 218,67 €	11 460 078,41 €	2,10%

Tabela 23 Vendas e prestações de serviços

SNC	2023	2022	Variação %
71/72 Vendas e Prestações de Serviços:			
Água	5 316 985,59 €	5 061 632,96 €	5,04%
Saneamento	4 523 830,53 €	4 516 128,94 €	0,17%
Resíduos Sólidos	1 825 535,24 €	1 780 462,72 €	2,53%
Serviços Diversos Prestados	169 203,31 €	7 361,57 €	2198,47%
Descontos e Abatimentos	-258 674,49 €	-29 781,75 €	768,57%
Outras Prestações de Serviços	123 338,49 €	124 273,97 €	-0,75%
Total	11 700 218,67 €	11 460 078,41 €	2,10%

Tabela 24 Vendas e prestações de serviços por setor de atividade

22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, é detalhada conforme se segue:

SNC	2023	2022	Variação %	Variação Absoluta
621 Subcontratos	5 725 675,06 €	5 106 144,67 €	12,13%	619 530,39 €
6221 Trabalhos Especializados	857 500,93 €	804 145,92 €	6,63%	53 355,01 €
6222 Publicidade e Propaganda	35 539,46 €	23 350,00 €	52,20%	12 189,46 €
6224 Honorários	25 683,37 €	24 145,44 €	6,37%	1 537,93 €
6225 Comissões	49 662,02 €	49 884,77 €	-0,45%	-222,75 €
6226 Conservação e Reparação	146 017,07 €	160 371,50 €	-8,95%	-14 354,43 €
6228 Outros	8 888,89 €	9 141,53 €	-2,76%	-252,64 €
6231 Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	24 113,33 €	22 004,23 €	9,58%	2 109,10 €
6232 Livros e Documentação Técnica	820,31 €	264,38 €	210,28%	555,93 €
6233 Material de Escritório	5 907,41 €	5 844,44 €	1,08%	62,97 €
6241 Eletricidade	126 569,76 €	131 575,98 €	-3,80%	-5 006,22 €
6242 Combustíveis	156 367,49 €	173 884,28 €	-10,07%	-17 516,79 €
6248 Outros	6 394,75 €	5 840,63 €	9,49%	554,12 €
6251 Deslocações e Estadias	2 620,46 €	1 607,09 €	63,06%	1 013,37 €
6253 Transportes de Mercadorias	4 028,97 €	3 306,19 €	21,86%	722,78 €
6258 Outros	200,00 €	0,00 €		200,00 €
6261 Rendas e Alugueres	482 160,84 €	482 502,26 €	-0,07%	-341,42 €
6262 Comunicação	22 812,11 €	25 321,86 €	-9,91%	-2 509,75 €
6263 Seguros	46 487,77 €	46 152,46 €	0,73%	335,31 €
6265 Contencioso e Notariado	6 625,61 €	5 115,59 €	29,52%	1 510,02 €
6267 Limpeza, Higiene e Conforto	61 217,16 €	57 122,71 €	7,17%	4 094,45 €
6268 Outros Serviços	13 420,16 €	21 224,00 €	-36,77%	-7 803,84 €
Total	7 808 712,93 €	7 158 949,93 €	9,08%	649 763,00 €

Tabela 25 Fornecimentos e serviços externos

23. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, é detalhada conforme se segue:

SNC		2023	2022
63	Remunerações dos órgãos sociais	119 079,46 €	112 712,08 €
	Remunerações do pessoal	2 339 805,42 €	2 167 117,66 €
	Benefícios pós-emprego	14 063,49 €	7 235,23 €
	Encargos sobre remunerações	582 907,81 €	542 191,46 €
	Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	88 280,14 €	85 685,62 €
	Custos de ação social	106 075,19 €	99 972,99 €
	Outros gastos com o pessoal	30 492,16 €	31 027,46 €
	Total	3 280 703,67 €	3 045 942,50 €

Tabela 26 Gastos com o pessoal

O número de colaboradores da empresa à data de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 era de 145, incluído neste número dois administradores que são remunerados pela ADC Águas da Covilhã, EM.

N.º Médio de Colaboradores

SNC		2023	2022
63	Membros do Conselho de Administração	3	3
	N.º médio de colaboradores	146	150
	N.º de colaboradores no fim do período	145	145

Tabela 27 N.º médio de colaboradores

N.º Médio Pessoas / Horas Trabalhadas

SNC		2023	2022
63	Pessoal ao serviço da empresa:		
	N.º médio de pessoas remuneradas ao serviço da empresa	146	150
	N.º horas trabalhadas	4 784	5 075
	Pessoal ao serviço da empresa por tipo horário:		
	Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	145	145
	Pessoal ao serviço da empresa por sexo:		
	Homens	122	123
	Mulheres	23	22

Tabela 28 N.º médio de pessoas / horas trabalhadas

24. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIações

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é conforme se segue:

Depreciações e Amortizações

SNC	2023	2022
64 Ativos fixos tangíveis	998 994,30 €	984 353,06 €
Ativos Intangíveis	33 012,17 €	32 821,95 €
Total	1 032 006,47 €	1 017 175,01 €

Tabela 29 Depreciações e amortizações

25. IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)

Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

SNC	2023	2022
219 Perdas por imparidade acumuladas clientes		
Saldo inicial	1 161 776,47 €	957 777,08 €
Aumentos	0,00 €	203 999,39 €
Reversões	111 597,06 €	0,00 €
Ajustamentos	283 249,12 €	0,00 €
Saldo final	766 930,29 €	1 161 776,47 €

Tabela 30 Imparidade de dívidas a receber

O montante de 283.249,12€ referido em ajustamentos respeita, em parte, à anulação da imparidade da cliente Fitecom.

26. OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é conforme se segue:

Outros Rendimentos

SNC		2023	2022
78	Rendimentos suplementares:		
	Recuperação de custos (ICOVI, EEM)	22 939,92 €	22 939,92 €
	Recuperação de custos (Resiestrela, SA)	33 626,52 €	33 626,52 €
	Microgeração de Energia	6 783,48 €	4 495,04 €
	Receitas do Canil Municipal	2 196,74 €	2 297,50 €
	Sucata	-	4 844,00 €
	Alienações de bens	3 926,64 €	8 549,92 €
	Sinistros	5 409,25 €	-
	Outros rendimentos suplementares	77 238,85 €	252 323,45 €
	Total	152 121,40 €	329 076,35 €

Tabela 31 Outros rendimentos

27. OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é conforme se segue:

Outros Gastos

SNC		2023	2022
68	Impostos	16 965,18 €	11 811,87 €
	Perdas em inventários	4 362,48 €	2 352,35 €
	Abates	-	9 640,49 €
	Sinistros	4 938,00 €	-
	Outros gastos e perdas	115 277,66 €	46 770,82 €
	Total	141 543,32 €	70 575,53 €

Tabela 32 Outros gastos e perdas

28. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS E JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os gastos e perdas de financiamento, reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são detalhados conforme se segue:

SNC		2023	2022
691	Empréstimo BPI	9 423,00 €	17 087,27 €
	Empréstimo AGS	107 599,98 €	38 340,00 €
	Empréstimo Santander	6 682,19 €	12 550,78 €
	Empréstimo Millennium BCP	20 214,19 €	8 397,59 €
	De mora	20,94 €	71,90 €
	Outros	756,00 €	1 683,00 €
Total		144 696,30 €	78 130,54 €

Tabela 33 Gastos de financiamento

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares, reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são detalhados conforme se segue:

SNC		2023	2022
791	De mora (Faturação da água)	16 646,80 €	12 267,79 €
	De prestação de acordos (Faturação da água)	1 738,47 €	2 308,07 €
Total		18 385,27 €	14 575,86 €

Tabela 34 Juros obtidos

29. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Situação perante a Autoridade Tributária e Aduaneira

Informa-se que a Águas da Covilhã não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80 de 7 de novembro.

Situação perante a Segurança Social

Informa-se também que a situação da Águas da Covilhã perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009 de 16 de setembro.

Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Não se verificaram nenhuma das situações contempladas nesta disposição legal.

30. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios atribuídos pelo governo são reconhecidos de acordo com os montantes financeiros recebidos. Assim os subsídios ao investimento, são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional à depreciação dos ativos fixos subsidiados. Os saldos à data de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 eram os descrito abaixo:

SNC	2023	Imputação	Valor recebido 2023	2022
593 Subsídios relacionados com ativos:				
POA - Programa Operacional do Ambiente	350 291,17 €	-15 014,40 €	0,00 €	365 305,57 €
POSEUR 2020	337 716,56 €	-25 657,41 €	20 107,54 €	343 266,43 €
Total	688 007,73 €	-40 671,81 €	20 107,54 €	708 572,00 €

Tabela 35 Subsídios

31. GARANTIAS

A empresa tem à sua guarda valores prestados por fornecedores (empregadores), que se encontravam devidamente evidenciados a 31 de dezembro de 2023, nas suas demonstrações financeiras.

SNC	2023
2785 Garantias retidas a fornecedores por boa execução de empreitadas	113 413,60 €
Total	113 413,60 €

Tabela 36 Garantias

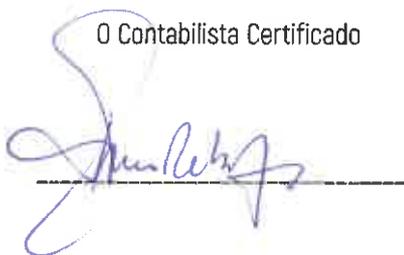
32. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

34. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 14 de março de 2024.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **ADC – ÁGUAS DA COVILHÃ, E.M.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 32.006.110 euros e um total de capital próprio de 15.430.587 euros, incluindo um resultado líquido de 150.193 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção Bases para a opinião com reservas, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **ADC – ÁGUAS DA COVILHÃ, E.M** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

1

Bases para a opinião com Reservas

Em 31 de dezembro de 2023, a Entidade tem registado em outros créditos a receber o montante de 668 milhares de Euros (nota 14), como contrapartida pela manutenção de tarifas, fixas e variáveis, para todos os tipos de uso e consumos no ano 2023. Relativamente a este acordo de manutenção de tarifas não existe qualquer deliberação do executivo da Camara Municipal da Covilhã.

Face ao exposto, não nos foi possível obter prova de auditoria apropriada e suficiente que nos permitisse concluir quanto à razoabilidade do seu saldo.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

A dívida da PT Data Center SA ascende em 31.12.2023 a 498.380 euros (458.505 euros em 31.12.2022) e foi reclamada judicialmente. Conforme referido na Nota 14 do Anexo, a Administração entende que esse valor é realizável, apesar da mora. Consideramos que existe incerteza quanto ao recebimento deste valor.

Os subsídios à exploração incluídos nos instrumentos previsionais e previstos no acordo parassocial relativos aos anos de 2010, e 2012 a 2023 no montante 9.393 milhares de euros (8.694 milhares de euros em 31.12.2022) referidos na Nota 14 do Anexo ainda não foram aprovadas pela Assembleia Municipal da Covilhã. Dadas as circunstâncias existe incerteza quanto ao recebimento destes valores.

Conforme referido na nota 19 do Anexo, ao longo dos anos foram acrescidos gastos com consultadoria e assessoria que ascendiam em 31-12-2023 ao montante de 5.793 milhares de euros (5.338 milhares de euros em 2022), dos quais 2.145 milhares de euros (2.145 milhares de euros em 2022) a ser compensados com acréscimos de rendimentos de igual montante atribuídos pelo Município da Covilhã à empresa. Até à data ainda não foi emitida documentação de suporte adequada à regularização daqueles montantes e a mesma está pendente do acordo dos sócios.

2

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentos aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou



erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova da auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas



divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representem as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, no âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos efeitos (ou possíveis efeitos) das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com Reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

4

Covilhã, 17 de maio de 2024

CRUZ MARTINS & ASSOCIADOS, SROC, LDA
Registada na CMVM sob o nº 20161596
Representada por João A. Cruz Martins, ROC nº 735



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias e nos termos do mandato que nos foi conferido, vimos apresentar o relatório da nossa atividade e o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas da **ADC – ÁGUAS DA COVILHÃ, E.M.** referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2. No desempenho das funções de fiscal único acompanhámos a actividade desenvolvida pela empresa, sobretudo através das actas das reuniões do conselho de administração e dos contactos com os respectivos membros, e efectuámos os procedimentos julgados necessários ao exercício das nossas funções, bem como da observância da lei e dos estatutos.

3. Durante o exercício verificámos, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte. Os critérios valorimétricos utilizados na prestação de contas estão em conformidade com os dispositivos legais aplicáveis e encontram-se adequadamente evidenciados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Analisámos os documentos de prestação de contas preparados em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística bem como o Relatório do Conselho de Administração, tendo concluído que os mesmos possibilitam uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, bem como do modo como se desenrolaram as actividades e se formou o resultado do período acima referido.

5. Elaborámos a certificação legal das contas decorrente do exame efectuado a qual deve ser considerada como fazendo parte integrante deste relatório.

6. Face ao que antecede, exceto quanto ao mencionado na Certificação Legal das Contas, somos de parecer que:



- a) O Relatório e as Contas do exercício de 2023 apresentadas pelo Conselho de Administração devem ser aprovados;
- b) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração deve ser aprovada.

Por fim, expressamos o nosso agradecimento aos serviços da ADC - Águas da Covilhã, E.M. por toda a colaboração recebida.

Covilhã, 17 de maio de 2024



CRUZ MARTINS & ASSOCIADOS, SROC, LDA
Registada na CMVM sob o nº 20161596
Representada por João Alberto Cruz Martins, ROC nº 735

2



Relatório e Contas 2023